



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Departamento de Jornalismo
Produto do projeto final

RETRATO (IN)VISÍVEL
Tradições e inclusão social entre os ciganos no Brasil

Autora: Laísa Amaral Queiroz
Orientador: Paulo Roberto Assis Paniago

Brasília – DF
Julho de 2013

Sumário

1. Da tenda aos telhados, 4
 - Viver em comunidade, 6
 - Quadro: Acesso à terra, 8
 - Liderança, 9
 - Quadro: Ramificações ciganas, 11
 - Adaptação, 12
 - Resgate cultural, 16
 - Quadro: Mapa, 17
2. A história fora dos livros, 19
 - Antes da Europa, 21
 - Colônia, 22
 - Herança brasileira, 23
 - Quadro: Da arte de conversar, 24
 - Quadro: Olhar oblíquo, 26
3. Por trás da saia longa, 27
 - Centelhas de feminismo, 29
4. Meu grande casamento cigano – à paulista, 33
 - A cerimônia, 35
 - Cor de núpcias, 37
 - O dia seguinte, 38
5. Na estrada... de Jesus, 41
 - Pastor cigano, 43
 - Romani, 47
 - Quadro: Crescimento recente, 48
 - Quadro: Sara Kali, 49
6. Além do ABC, 50
 - Tenda Escola, 51
 - Processo inverso, 53
 - Quadro: 1.463, 53
7. Sob as cores da bandeira, 55
 - Ciganidade, 58

*O mistério de um outro não é senão
o mistério de mim mesmo.*

Maurice Merleau-Ponty

Sem pátria, sem terra e sem direitos. Durante séculos, os ciganos enfrentaram as três privações. Sem lugar no mundo e na sociedade, viveram à margem, fugidos ou expulsos de cidades e países, nômades por condição. A partir do século XVI, começaram a migrar para o Brasil e estima-se que hoje essa população ultrapasse meio milhão de pessoas. As condições, no entanto, mudaram e, aos poucos, são conhecidos e reconhecidos. Deixam a categoria de “povos invisíveis” e buscam a inclusão como cidadãos brasileiros.

Junto às angústias e intempéries, trouxeram consigo valores e costumes próprios que, mesmo entre eles, variam. Sob a mesma designação estão reunidas diversas etnias, com uma provável origem comum e influências do mundo inteiro. No meio cigano, predominam as diferenças: língua, religião, moradia. Tradições são respeitadas, mantidas ou adaptadas. As comunidades, antes muito resguardadas, se abrem ao presente. Muitos trocam as tendas de lona pelas casas de alvenaria, crianças começam a frequentar por mais tempo a escola e, principalmente, é o momento de ter consciência sobre direitos fundamentais.

O que ainda persiste é o preconceito. A ideia de que cigano é ladrão e trapaceiro é difundida até mesmo pelos livros de história. No outro extremo, fica o estereótipo romantizado por filmes, telenovelas e obras literárias, concentrado no exotismo e na sensualidade das mulheres ciganas. Ambos lançam um olhar estrangeiro ao grupo que, normalmente, não pertence a nenhuma dessas categorias. A razão do mistério é simples: desconhecimento geral. Mas agora, eles querem visibilidade. Querem compartilhar histórias.

1. DA TENDA AOS TELHADOS

Os carros que passam a cem quilômetros por hora na BR-020 dificilmente reparam na placa pequena, desbotada, pichada e parcialmente coberta pelo matagal, que indica o Córrego do Arrozal. Ela fica no quilômetro treze, ainda na região administrativa de Sobradinho, no Distrito Federal, mas quase na divisa com Planaltina. O local é composto, basicamente, por chácaras – em geral, simples e de pequeno porte – além de alguns poucos estabelecimentos, como a escola de ensino fundamental, uma igreja e a associação de produtores local. Seguindo a estrada de terra acidentada à esquerda por mais dois quilômetros, outra placa (mais nova e visível) na entrada de um terreno anuncia: Associação Cigana das Etnias Calóns do DF e Entorno.

A chácara, bastante diferente das vizinhas, não tem plantações, casas ou muros altos, apenas cerca de arame. Ao redor da terra vermelha, uma dezena de barracas, erguidas com troncos de madeira e cobertas com lona. Nos varais, muitas roupas de todas as cores. No centro, três carros populares estacionados e um pequeno quiosque com rede e algumas cadeiras, onde senhoras e crianças aproveitam a sombra. Um dia tranquilo no acampamento (que, apesar do nome, é fixo), exceto pela ventania de horas atrás. “Hoje de manhã, o vento foi de desmontar barraca”, explica Elias, enquanto dá o último nó para ajeitar a tenda onde mora, que foi uma das que desabou pela metade.

Elias Alves da Costa é o líder da comunidade cigana, que hoje conta com cento e cinquenta pessoas. Aos quarenta e seis anos, tem cinco filhos e nove netos. Entre os membros de sua etnia, *calón*, é comum casar e começar uma família ainda na adolescência, a partir dos quatorze anos. Na realidade, desde muito mais cedo, as uniões são arrançadas. Antes mesmo dos futuros noivos virem ao mundo. “Por exemplo, se eu acabei de ter um filho e você está grávida de uma menina, a gente já pode combinar o casamento dos dois, entende?”, ele conta. Esses acordos são feitos, normalmente, dentro da própria comunidade, onde quase todos são parentes e o casamento entre primos é frequente. “Às vezes, o cigano casa com mulher que não é da cultura. Mas mulher cigana não pode casar com homem de fora.”

Apesar da rigidez, especialmente para as mulheres, os casais não são obrigados a ficar juntos até a morte. Elias se casou pela primeira vez aos dezesseis anos com uma prima da Bahia. Separou e teve mais outras duas esposas (todas parentes, de Goiás e Minas Gerais) até chegar à quarta e atual, Leila da Costa, de trinta e um anos, que também é sua prima de segundo grau. Para os homens, a separação é vista com mais naturalidade, enquanto as mulheres, muitas vezes, se veem obrigadas a procurar novos maridos em outras comunidades, onde não são vistas como desquitadas.

O gênero é o grande definidor de papéis dentro do acampamento. Elas cozinham, lavam a louça e passam a roupa. Eles ficam com o trabalho considerado mais pesado. Há poucos meses, conseguiram comprar um trator de pequeno porte para arar a terra e, agora, começam a plantar milho, feijão e hortaliças; tudo para consumo próprio.

Elas usam o cabelo longo (apenas as viúvas têm o hábito de deixá-lo mais curto, para se diferenciar das outras mulheres) e saias que vão até o pé. Guardam as melhores roupas, dezenas de acessórios e maquiagem colorida para sair. Ali dentro, a vestimenta do dia a dia é muito mais simples, feita com tecido barato, sem adereços e sem romantismo. “A gente trabalha o dia inteiro aqui. Vou usar roupa boa para sujar e atrapalhar o serviço?”, indaga Leila, enquanto lava a louça. As ciganas têm o hábito de arear as panelas com muito cuidado e capricho. De longe, dá para ver o alumínio brilhando sob o sol. É das panelas cintilantes que elas mais sentem orgulho.

Os homens não chamam tanto a atenção, a não ser pelo colar de ouro – por mais pobres que sejam, é essencial que todo cigano tenha pelo menos um acessório nobre. Quase sempre estão de calça jeans, camisa (os mais moços preferem camiseta) e botas de couro. Elias não dispensa o chapéu branco de fazendeiro. “Na minha infância, a gente viajava muito a cavalo, então me visto pronto para montar até hoje.”

As viagens, que antes eram constantes e feitas sobre o dorso do animal, agora são realizadas de carro e têm como finalidade o trabalho. Parte do grupo vai até a Argentina ou a Bolívia fazer compras algumas vezes ao ano. A renda da

comunidade vem do comércio de enxovais: lençóis, edredons, cobertas, tapetes, toalhas de mesa e panos de cozinha. A disposição para ir tão longe se justifica por considerarem o material de lá de maior qualidade e mais bonito. “A gente gosta de coisa bem colorida, para enfeitar.” No caminho de volta, param nas cidades para vender parte dos produtos. Ficam na estrada, normalmente, de duas a três semanas.

Em Brasília, vendem o restante em ruas movimentadas, como as de Taguatinga e a W3 Norte, de porta em porta e para lojas. Há algumas semanas, conseguiram também um espaço na Feira da Torre aos sábados, fornecido pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial regional (Sepir-DF) a membros de comunidades tradicionais.

As mulheres que nasceram com o dom de ler a mão e jogar cartas complementam a renda. “Cobro uns vinte e cinco reais pelo serviço”, afirma Leila. É negociável. No final do mês, costuma sobrar de um a dois salários mínimos por família, segundo Elias. “Gastamos muito com as viagens e tem mês que vendemos pouco.”

Ana Júlia Melo



Roupas secam debaixo do sol no acampamento *calón* do Córrego do Arrozal, no Distrito Federal.

Viver em comunidade

Elias conhece todos os estados brasileiros. Passou a vida entre uma cidade e outra, onde montava e desmontava acampamento. Em outubro de 2009, conseguiu

se estabelecer (com uma caravana de duzentas pessoas) no Núcleo Rural Córrego do Arrozal. A terra é da União e foi com o apoio da administração de Sobradinho e de algumas autoridades que conseguiu a concessão de uso temporária, renovada todo ano. “Ainda aguardo a autorização definitiva”, diz esperançoso.

De todos os lugares onde morou, foi com a secura e a vastidão do Distrito Federal que mais se identificou, embora não tenha apego pela terra. “Se precisar ir embora, a gente empacota tudo e vai”, fala com tranquilidade. Seu avô, que era nômade e trabalhava como carroceiro meio século atrás, foi um dos pioneiros na construção de Brasília. “Ele carregava material de construção para todo lado e ajudou a erguer, principalmente, o Núcleo Bandeirante. Gostou tanto do planalto que foi sepultado aqui”, afirma.

A estrutura do acampamento é básica. Eles contam com água encanada e eletricidade. Rede de esgoto não tem; os dejetos vão para a fossa. Há apenas dois banheiros pequenos para todo mundo, com vaso, pia e chuveiro, dois tanques de lavar roupa e algumas pias para lavar a louça. “Eu gosto de morar em tenda, gosto de natureza. Não aguento ficar meia hora dentro de uma casa, que me falta ar! Mas precisamos de mais condições, não só para nós que moramos aqui, mas para os ciganos nômades. A ideia é que aqui seja um ponto de apoio para acolher quem está viajando, mas precisamos de mais banheiros e uma lavanderia coletiva. É o que queremos do governo.”

Como em qualquer sociedade, o acampamento tem regras e todos devem cumprir. A maior parte dos “delitos” não levam à exclusão do membro – como se negar a cumprir as tradições do casamento ou pecar na vestimenta. “A gente não vai jogar o parente fora, a não ser que seja muito grave”, explica Elias. Mas o tratamento dado àquela pessoa passa a ser mais frio e distante. Ela não é convidada a todos os eventos e reuniões e não participa das decisões mais cruciais da comunidade, que exigem participantes de confiança. Três atos, no entanto, são considerados imperdoáveis e levam à expulsão do grupo: roubo, estupro e uso de drogas ilícitas. “Aqui, nunca aconteceu nada disso”, afirma Leila.

Mas não é a existência de um regimento interno que faz com que eles sejam avessos à diversão. As festas são um dos aspectos mais importantes da

comunidade e costumam ser realizadas dentro do acampamento. Não falta música (tanto as tradicionais ciganas, como sertanejas, que eles aprenderam a gostar), dança, comida e disposição. “A gente se ajuda para organizar. Quem tiver mais dinheiro, contribui mais”, diz Elias. O casamento é a principal festa, o rito de passagem para a fase adulta, e toda a comunidade deixa os afazeres para prestigiar os noivos. Mesmo quando parentes que moram longe se casam, eles precisam comparecer. Quem estiver sem dinheiro para a gasolina, recebe ajuda dos outros membros. O importante é não faltar.

Além das comemorações, uma vez ao mês é celebrada uma missa no acampamento, em que, por vezes, são feitos batizados. A maior parte dos moradores se diz católica. Acredita em Deus e em Jesus. Ainda assim, entre igreja e tradições ciganas, a segunda prevalece em importância. “Minha maior religião é a liberdade”, costuma dizer Elias. Liberdade que, para ele, não está atrelada ao respeito a decisões individuais, mas vinculada ao direito de ir e vir no espaço geográfico.

Acesso à terra

É difícil encontrar um cigano que viveu muito tempo na itinerância que não tenha histórias de conflito com a polícia para contar. Por muitas décadas, montar acampamento era um ato perigoso. “Já teve vezes da polícia só mandar a gente embora, mas outras vezes iam lá e desmontavam tudo, quebravam nossas coisas e até batiam na gente”, conta Elias Alves da Costa, lembrando o passado, inclusive quando ocupou terrenos de Taguatinga e Ceilândia, cerca de uma década atrás. Dependendo do município, a situação ainda não é fácil, mas hoje existem mecanismos legais para se estabelecer na terra.

Garantir condições para a realização de acampamentos ciganos em todo o território nacional é uma das ações do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), em vigor desde dezembro de 2009. É de responsabilidade da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) as ações de regularização fundiária e o controle de terras que sejam ou possam vir a ser ocupadas por comunidades tradicionais.

Liderança

Ana Júlia Melo



Elias Alves da Costa, líder da comunidade, em traje típico entre os homens ciganos.

Diferente de uma monarquia, o comando da comunidade entre os ciganos não é passado, necessariamente, de pai para filho. Depende do desempenho e interesse dos membros. Quem se destaca, é escolhido pelo líder para suceder no cargo. É, culturalmente, uma função masculina. “O cigano é machista, sim, mas muito do que a gente faz é para proteger nossas mulheres. Ainda sofremos muito preconceito, inclusive ameaças, principalmente quem está na liderança”, tenta justificar Elias. A mulher reconhece o machismo, mas diz que o sistema funciona. “A gente respeita as ordens dos maridos e eles respeitam e defendem a gente. Não são violentos, como alguns homens de fora.”

O líder conta que em novembro de 2012 foram vítimas de violência perto da entrada do acampamento. Um veículo com dois ocupantes se aproximou e começaram a disparar no carro dele. “Foram vinte e cinco tiros! Um acertou meu primo na perna, outro passou de raspão no rosto do meu sobrinho, mas ninguém morreu. Não sabemos por que atiraram na gente”, diz pesaroso. O grupo prestou queixa na 16ª Delegacia de Polícia de Planaltina, que deu início à investigação. Os

responsáveis pelos disparos ainda não foram identificados. Assim como a motivação do ato.

É trabalho do líder fazer o possível para garantir a segurança do povo. Por meio da Acec, que conta com dois mil ciganos associados no DF e Entorno, Elias dialoga com o Governo do Distrito Federal e com o Governo Federal em busca de direitos, através da Sepir-DF e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir nacional). Faz isso mesmo com o pouco conhecimento que tem. Não entende muito de leis e estudou apenas o suficiente para saber ler e escrever, o que é mais que boa parte dos moradores, ainda analfabetos. “É difícil, é muita responsabilidade e não ganho com isso. Mas tenho muito orgulho de lutar pelo meu povo.”

Elias impõe respeito. Ainda assim, não ostenta mais que os outros. Sua barraca é simples, como as dos demais ciganos. Para evitar a poeira, um piso de cimento foi colocado sobre a terra. Lá dentro tem armário para guardar os utensílios de cozinha, fogão, geladeira, forno elétrico, televisão de quatorze polegadas, DVD e um notebook, pouco usado, pois ali chega somente internet 3G do celular. Ao lado, um amontoado de roupas dobradas, cobertas por panos coloridos entrelaçados, o que chamam de bizaco. A palavra, conhecida no vocabulário pernambucano, remete aos sacos (de couro ou tecido) usados por itinerantes para levar a mudança nas viagens, resquícios de um passado próximo. Ao fundo da tenda, uma cama de casal, onde dorme com Leila, e outra de solteiro, onde fica Elivelton, o filho mais novo, de quatorze anos, único que ainda não está casado, mas tem pretendente. Sem paredes, o único meio de estabelecer privacidade entre pais e filho é um lençol que, às vezes, amarram no teto para separar as camas. Nas outras barracas é a mesma situação e ninguém reclama. Afinal, é pela coletividade que vivem e lutam para viver.



Interior de uma das tendas: tem energia elétrica para os aparelhos funcionarem, mas falta esgoto.

Ramificações ciganas

Dentro da mesma denominação encontram-se grupos muito diferentes. Devido, principalmente, à migração histórica que espalhou os ciganos por vários países, não só incorporaram hábitos, mas formaram grupos étnicos distintos. Segundo levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), as etnias encontradas no Brasil são as seguintes:

Calón ou Kalé: Primeiros a chegar no Brasil, no século XVI, deportados de Portugal. Conhecidos por “ciganos ibéricos”, são responsáveis pela popularização da dança cigana. Falam a língua caló ou shibkalé, uma mistura do romani (que seria a língua original cigana) com elementos do português e do espanhol.

Rom: Vieram do Leste Europeu para o Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Falam romani ou romanês, a mais conhecida das línguas ciganas e com menos influência de outros idiomas. Se dividem em diversos subgrupos: *kalderash*, *matchuaia*, *curcira*, *lovara*, entre outros.

Sinti: São mais numerosos na Itália, sul da França e Alemanha. Falam a língua sintó, uma variação do romani. No Brasil, a população é pouco expressiva em relação aos outros grupos. “*Sinti* no Brasil dá para contar nos dedos e eu localizei apenas uma família”, diz o pesquisador Rodrigo Teixeira, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Para a antropóloga Florencia Ferrari, que estudou ciganos durante dois anos pela Universidade de São Paulo e chegou a morar em um acampamento *calón* de Itaperica da Serra (MG) por três meses, essas classificações são insuficientes. “Eu prefiro chamá-los não de etnias, mas de redes de parentes, visto que vivem em família, mas, a partir dos casamentos com não-ciganos, há uma grande mistura étnica.” Além disso, a pesquisadora lembra que, dentro de uma mesma etnia, há diferenças entre grupos, devido, principalmente, à influência geográfica e social.

“Temos que entender que eles têm outro modo de vida, outros valores. Se veem como um conjunto, não como indivíduos, por exemplo. É uma sociedade possível dentro da nossa”, pontua Florencia. Uma das principais diferenças, desde seu ponto de vista, é a oposição à ideia de pertencimento à nação. “Para eles, a entidade que vale mais é a família, não o Estado ou o país”, justifica. A não ser quando o assunto é futebol. No Córrego do Arrozal, eles não apenas jogam bola, mas torcem pelo Brasil nos campeonatos internacionais.

Os ciganos, em maior ou menor grau, se adaptam à condição social em que vivem, o que pode modificar ou flexibilizar alguns costumes. Florencia não vê como uma perda cultural, mas um modo de sobreviver. “Não existe cultura estática, pois ela é negociada em função da história. Um índio não é menos índio porque usa chinelo.”

Adaptação

Nem todo cigano vive em tenda, como no acampamento dos *calóns* de Sobradinho. Segundo eles mesmos contam, hoje é comum morar em casa. Muitos, inclusive, não vivem em comunidades tradicionais, como é o caso de Anne Kellen

Cerqueira, nome de registro, que também atende por Anne Kellen Djurdjevich, em homenagem à ascendência cigana.

Ela mora a quase 1.900 quilômetros de Elias, em Maceió. A cidade grande, com quase um milhão de habitantes, tem algumas das mais belas praias alagoanas – dessas de água transparente, onde dá para ver os peixes no fundo e observar as jangadas na superfície. Porém, o dia não era de admirar paisagens, ao menos não as turísticas, pois chovia muito, apesar do calor de trinta graus. No meio do caminho de vinte e cinco quilômetros entre o litoral e o aeroporto, um engarrafamento que ocupa quase todas as horas do dia. À esquerda da pista congestionada fica o bairro Jardim Petrópolis e, lá dentro, um condomínio de classe média onde ela vive.

Perto das cinco da tarde, acende a luz da varanda – afinal, essa é a hora de começar a escurecer nesta região do Nordeste. Fica claro que trata-se da propriedade mais simples do conjunto. Atrás de um muro sem pintura, com portão de ferro livre de ornamentos, vários metros de gramado e plantas diversas; no final, uma casinha branca com porta azul escura. Ali surge uma mulher de rosto simpático, grandes olhos castanhos cheios de confiança, blusa e xale vermelhos, saia longa e florida e um guarda-chuva à mão.

Desculpa-se pela lama e pelas poças d'água que a chuva deixou pelo caminho. Com exceção do banheiro, é uma residência de um cômodo só. Na sala, um móvel com televisão e DVD, um sofá muito cheio de almofadas coloridas e uma cadeira de balanço. Atrás do sofá, dois armários se passam por parede, separando a sala do quarto; um com um tapete vermelho pendurado e o outro com um desenho inacabado de uma mulher cercada por rosas com espinhos (representa a beleza e as dores de ser cigano), feito pelo marido de Anne, Ruiteir. Logo ao lado vem a cozinha: o fogão ainda com as panelas do almoço, geladeira, micro-ondas e a mesa de madeira de seis cadeiras. Na parede encostada ao quarto, a adaga de prata (símbolo de proteção contra o mal olhado), o computador e um enorme armário abarrotado até o teto de livros que mal cabem ali; centenas de exemplares dos mais variados temas, de ciência a literatura, passando por mitologia. Entre eles, mandalas artesanais, um trançado de madeira e linhas de tricô de vários tamanhos, feitas por Anne para decorar a casa e trazer boas energias. Depois, o quarto. A

cama de casal ao lado da de solteiro. Todos dormem ali: Anne, Ruitter e os filhos – Karolyna, de dezesseis anos, e Jan, de cinco. Por fim, mais duas televisões, uma grande e outra pequena, com videogame.

Na cozinha, a mesa está posta: pães, bolachas, café, chá de erva cidreira colhida no jardim e uma garrafa de mel. Mais à vontade, Anne começa a falar sobre seu povo. Os ancestrais, de etnia *lovára* (ramificação dos *roms*), vieram da Hungria, com passagens pela Itália e Espanha. Fugindo de perseguições constantes na Europa durante a Primeira Guerra Mundial, o bisavô de Anne decidiu manter a identidade em sigilo e abandonar o sobrenome, tudo para ajudá-lo a se misturar aos nativos sem sofrer preconceito. Mas dentro de casa, continuou a transmitir a cultura para a família.

Historicamente, a principal atividade desenvolvida pelos *lovára* é a circense. Anne certamente herdou a veia artística, embora tenha habilidades um pouco diferentes. Além do artesanato, contribui para o sustento da casa com a dança, pela qual é apaixonada. Três vezes por semana dá aulas de ritmos ciganos em um instituto holístico da cidade. Passa por estilos com influências indianas e espanholas, entre outros. Seu favorito é o russo.

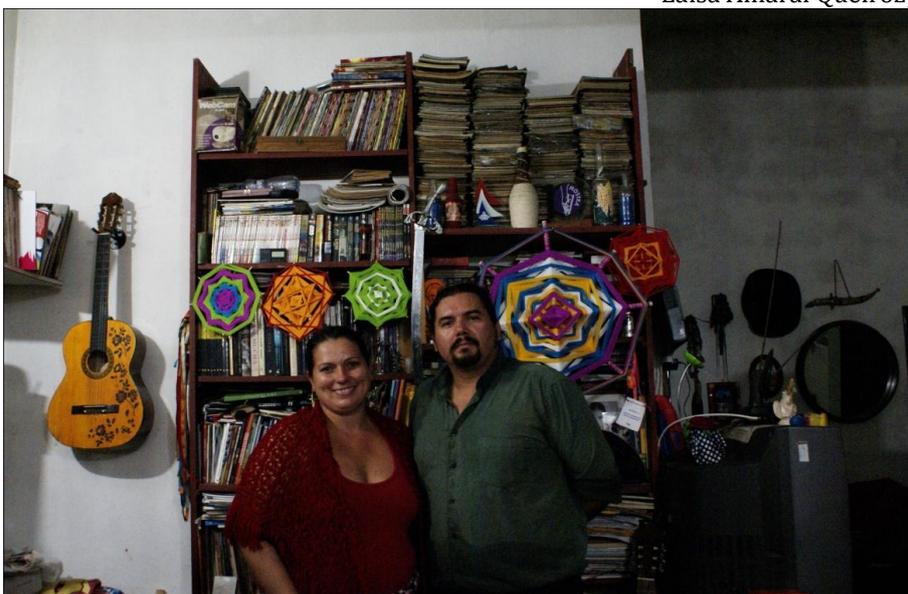
O gosto pela cultura cigana partiu muito mais dela mesma que da influência familiar. Ao optar por esconder a identidade, o bisavô passou uma educação menos tradicional aos descendentes. Anne vestia calça jeans, tinha amigos *gadjés* (designação romani para quem não é cigano) e frequentava a escola. Quase terminou o ensino médio na época adequada. Entretanto, ficou grávida e teve a filha aos dezessete anos, ainda solteira. Não foi um escândalo tão grande como seria em uma família mais apegada aos costumes. Ainda assim, os parentes acharam melhor que ela se casasse com o pai de Karolyna. Deixou os planos suspensos. Somente depois da separação, seis anos atrás, é que voltou a completar os estudos. Aos trinta e quatro anos, ainda quer entrar na faculdade para fazer pedagogia. Enquanto não presta o vestibular, gasta horas de leitura com Leonardo Boff.

Depois de meia hora de conversa, chega José Ruitter Junior, marido de Anne e pai de Jan; Karolyna não é sua filha de sangue, mas os dois se tratam como se

fosse. O homem alto, robusto, de cabelos longos e cacheados e cavanhaque está todo molhado porque esqueceu o guarda-chuva. A mulher logo pega uma toalha e minutos depois ele se junta à mesa, cheio de histórias para contar. Aos quarenta anos, Ruiteer é diretor de arte de uma pequena agência de publicidade. Começou a estudar desenho industrial em uma faculdade particular no Rio de Janeiro, mas deixou o curso faltando um ano para se formar pela necessidade de trabalhar. Mesmo assim, não esconde o gosto pelo conhecimento. Aprecia literatura e cita Guimarães Rosa de cabeça.

Além do emprego regular, Ruiteer também é músico (canta e toca instrumentos de corda e percussão). Juntamente com a mulher, coordena o grupo Leshjae, que significa espírito protetor, bom, guardião. Eles se apresentam com danças e músicas tradicionais ciganas pelo Brasil e, em 2010, representaram o país no *Gypsy Fest*, principal festival do gênero, que acontece na Bratislava, Eslováquia. Não foram mais vezes por falta de recursos. Não há patrocínio. Ruiteer fala sobre a influência que a música cigana sofreu ao redor do mundo e como ela também influenciou a música local. “No Brasil, podemos ver um pouco disso no xaxado.” Para ilustrar a incorporação histórica de elementos, começa a cantar sucessos de público como *Eu quero tchu, eu quero tcha* e *Gangnam Style* em romani, acompanhado pelo som do *derbake*, espécie de tambor árabe que comprou para usar nos shows. “A essência da música cigana é o improviso”, brinca.

Laísa Amaral Queiroz



Casa de Anne e Ruiteer em Maceió: entre livros, mandalas e música.

Resgate cultural

Anne e Ruitter são primos. Os dois cresceram longe um do outro: ele no Rio de Janeiro e ela em Alagoas. Se conheceram na infância, mas nunca foram próximos. Até que, em 2006, se encontraram pelo Orkut e foi por meio da rede social que começaram a conversar e a se interessar um pelo outro. “Engraçado isso, porque nem passava pela minha cabeça. Nossa família, que é menos tradicional, não obrigou a gente a casar com alguém do grupo e, mesmo assim, ficamos juntos. Por nossa vontade”, conta Anne.

Os dois investigaram o passado da família Djurdjevich e reavivaram costumes esquecidos pelos parentes, bastante ocidentalizados. Quando Jan nasceu, por exemplo, teve dois batizados. O primeiro foi ao modo tradicional cigano. “Em uma bacia nova, colocamos água, ervas, mel, moedas de ouro e uma joia de família. Como mãe, banhei meu filho e falei uma frase de sorte no ouvido dele, que é secreta e ninguém mais ouve. Depois, jogamos a água numa árvore, que é um lugar próspero e brindamos todos com vinho”, descreve Anne. Algumas semanas depois, o batizado cristão foi feito na igreja católica. “Para o meu pai, o que valeu foi esse”, diz Ruitter.

O casal parece viver em harmonia e equilíbrio com o passado e o presente. Ensinam as tradições para os filhos, mas não os obrigam a segui-las. Jan ainda não entende bem o que é ser cigano, mas gosta de escutar o pai tocar violão e aprendeu uma frase para se defender na escola, onde os colegas sabem menos que ele: “Cigano não é mau”. Karolyna gosta de dançar com a mãe, mas não pensa em se casar tão cedo. “Inclusive tenho um namorado q ue não é cigano”, comenta.

Eles não vivem em comunidade, mas fazem o que podem para ajudar os demais ciganos de Alagoas. Cidades como Carneiros e Penedo (a 181 e 173 quilômetros de Maceió, respectivamente) abrigam acampamentos muito pobres, onde quase todos os ciganos são analfabetos. Anne e Ruitter fazem visitas regulares, principalmente para explicar a eles como funcionam programas sociais do governo, como o Bolsa Família, e auxiliam os moradores a exigir direitos dos municípios.

“É uma luta constante”, lamenta Ruiten. “Aqui mesmo onde a gente mora, já tivemos problemas com vizinhos que nos denunciaram por achar que estávamos fazendo ‘gato’ ou coisas do tipo, sendo que nunca fizemos nada irregular. Eu pago o aluguel, minhas contas e meus impostos como todo mundo.” O preconceito se estende para as ruas e Anne se entristece ao lembrar de algumas apresentações de dança. “Quando estamos no palco, todo mundo acha lindo, mas quando descemos, vemos mulheres escondendo as bolsas, pais segurando os filhos... como se a gente fosse pegar.”

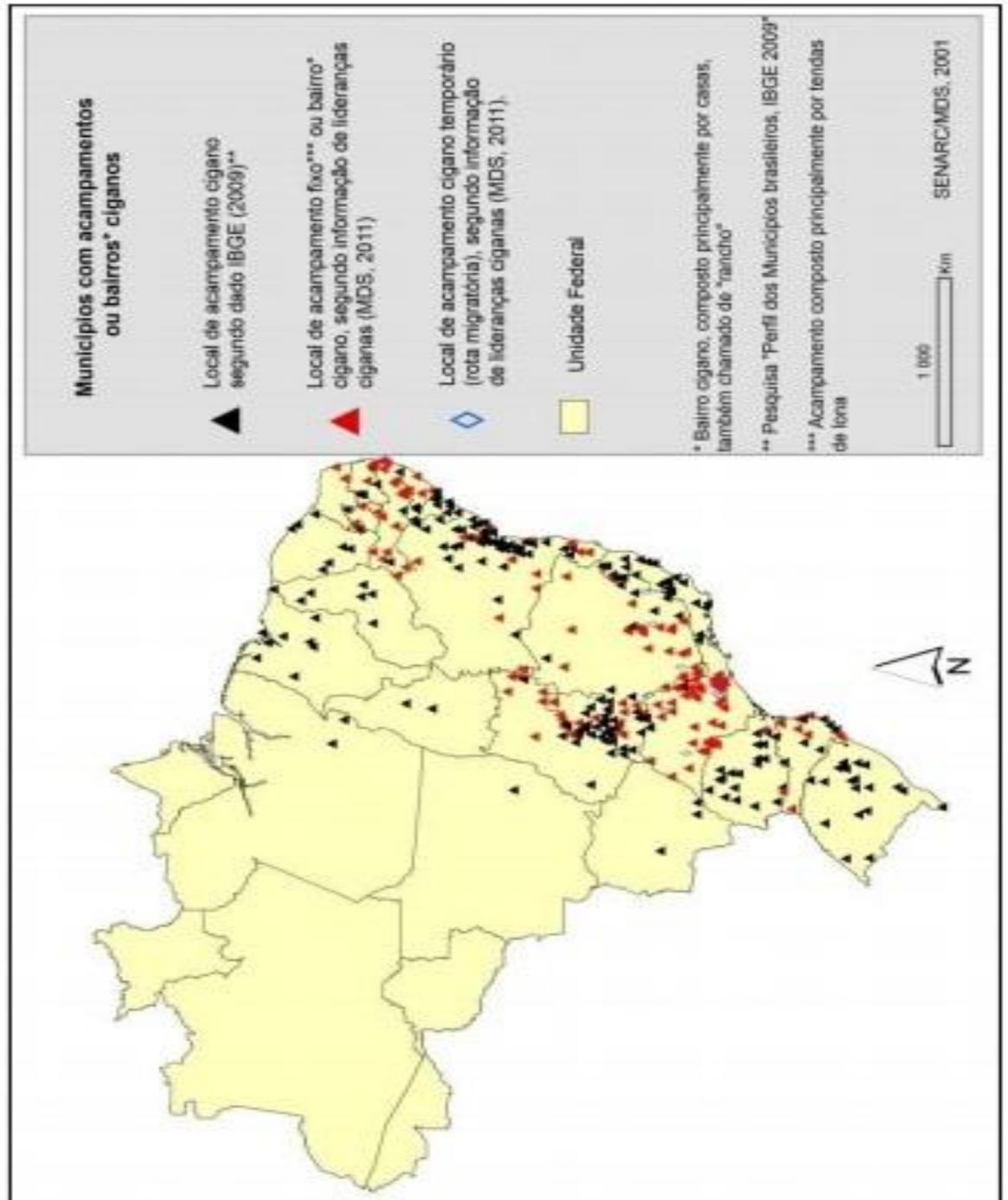
Ainda assim, não desanimam. Entre seus planos, está o de abrir um restaurante de comidas típicas ciganas com um tio. “Todo cigano come bem e come muito”, explica Ruiten. A culinária é composta, basicamente, de ensopados e alguns risotos. Ou como caracteriza Anne, lembrando-se da cultura nômade: “Comida cigana é aquela que cabe numa panela só”.

A noite avança e a chuva para. O jardim agora está iluminado e uma pequena tenda branca, com bancos de almofadas coloridas embaixo, fica visível. É ali que Anne e Ruiten gostam de passar as horas vagas para aproveitar a sombra, o vento e o contato com a natureza – enquanto os filhos preferem a companhia do videogame e do notebook. “É muito comum que mesmo os ciganos que moram em casa conservem uma tenda no quintal. Me sinto bem lá dentro”, diz Anne. Ela lembra de Dona Maria, uma senhora que conheceu no interior de Alagoas que dizia: “O problema da casa é que ela tem paredes”.

Mapa

Não se sabe quantos ciganos vivem no Brasil. Os dados oficiais – ainda muito incipientes – são de 2011 e mostram 291 acampamentos catalogados em vinte e um estados. As maiores concentrações são na Bahia, Minas Gerais e Goiás, especialmente nos municípios com vinte mil a cinquenta mil habitantes. Destes, apenas 13,7% afirmaram desenvolver algum tipo de política pública para os ciganos, incluindo Brasília, Distrito Federal. O levantamento foi feito pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base em questionários respondidos pelas prefeituras.

Lideranças ciganas forneceram ao MDS mais localidades – de acampamentos fixos, bairros ciganos e rotas migratórias – para compor o mapa abaixo. A partir deste quadro, que não leva em conta aqueles que vivem fora de comunidades, como Anne e Ruitter, estima-se que existam mais de meio milhão de ciganos no país.



Fonte: MDS

2. A HISTÓRIA FORA DOS LIVROS

Como mandava a tradição, a jovem cigana estava com o casamento marcado desde criança. Enquanto a família ansiava pela chegada do noivo ao Brasil para celebrar a união, a moça tinha a cabeça em outro lugar. Contrária aos anseios dos parentes, que, pelo costume, queriam que ela estudasse apenas o suficiente para ler, escrever e fazer contas, sonhava em cursar uma faculdade. Ao correr atrás de seu objetivo, conhece um *gadjé*, por quem se apaixona, aumentando ainda mais a tensão entre os desejos e a origem.

A história foi contada pela ficção em horário nobre. Trata-se de uma breve sinopse do enredo de *Explode Coração*, telenovela transmitida entre 1995 e 1996 pela Rede Globo. Ainda que bastante romanceada e exagerada, foi inspirada na realidade, em cinco anos de pesquisa da autora Glória Perez com a família Vacite, que vive no Rio de Janeiro.

Foi no começo do século passado, ainda na década de 1930, que os Vacite saíram da agora extinta Iugoslávia e vieram parar no Brasil. Segundo o historiador Rodrigo Teixeira, a família fez parte de uma das grandes ondas migratórias de ciganos para o país. “Os ciganos da Europa Oriental começaram a vir em grande número para o Brasil no final do século XIX e começo do XX, na leva que trouxe os demais europeus para trabalhar aqui”, conta. Nesses países, a etnia predominante era *rom*, à qual os Vacite pertencem, sendo *horahano* sua ramificação ou subgrupo.

Mio, o patriarca da família, tem setenta e dois anos e mora em uma casa própria, simples, mas confortável, em Copacabana. Com seu cabelo grisalho e comprido, sempre preso, e roupas tradicionais – normalmente calça social, camisa branca, colete preto bordado e chapéu de feltro –, é um habilidoso violinista. Nasceu no Brasil, mais especificamente em São Paulo, embora tenha sido registrado no Rio de Janeiro. Pouco antes de estourar a Segunda Guerra Mundial, seu avô paterno decidiu vir ao Brasil, com a esposa e os filhos. Já havia fugido da Turquia para a Iugoslávia e de lá atravessou o oceano. “Naquela época, todo mundo falava da América, para fugir da miséria. Não tinham noção do que era o Brasil”, relata. Mas a pobreza não era o único mal que assolava esses povos.



Mio se apresenta com roupas tradicionais ao tocar violino.

Os regimes fascistas europeus perseguiram ciganos pelo simples fato de existirem. Eram considerados escória, uma sub-raça. Mas foi durante o holocausto que a acossa ganhou mais força. Além de judeus, comunistas, homossexuais e deficientes, o nazismo alemão provocou o extermínio de milhares (talvez milhões) de ciganos. As estimativas variam de duzentos e cinquenta mil (principalmente entre fontes oficiais) a dois milhões e meio de mortos nos campos de concentração. “O número é incerto porque pouco foi documentado. Diferentemente dos judeus, que tinham uma elite fora do país para cobrar”, justifica Rodrigo. O episódio de maior impacto foi em Auschwitz. Em três de agosto de 1944, três mil ciganos foram mandados para as câmaras de gás, incluindo mulheres e crianças. Esse genocídio cigano é conhecido entre seus povos como *porajmos*, palavra do vocabulário romani que significa “devorar”.

Comparado com a Alemanha de Hitler, o Brasil era um lugar muito melhor para ciganos viverem. Por isso, a maior parte que veio nessa época não foi degredada, mas optou pela imigração. Os Vacite que aqui viviam se esforçavam para ajudar os parentes que ficaram. “Me lembro de meus pais fazendo trouxas com café, açúcar, farinha e cigarro pra mandar pra lá. Essas coisas básicas que eles não conseguiam comprar na Europa.”

Houve relativa melhora de vida, mas isso não quer dizer que os ciganos fossem bem recebidos no país. Em 1938, um ano após a instalação do Estado Novo, o então Presidente da República Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 3.010, que restringia a entrada de estrangeiros no Brasil e proibia que “indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres” ingressassem no território. “Mas é claro que isso não impediu sua entrada. Os ciganos burlavam a lei e se passavam por não-ciganos. O governo não tinha como saber quem era e quem não era”, alega Rodrigo. Assim, continuaram com a imigração. O preconceito sofrido permanecia enorme, mas ao menos a violência era muito menor e não foram escravizados, como ocorreu durante mais de cinco séculos na Romênia.

A última diáspora dos povos ciganos, que teve o Brasil como um dos destinos, ocorreu no final da década de 1980 e início dos anos noventa. “Foi com o fim dos regimes comunistas europeus e consequente aumento da exclusão e desemprego entre os ciganos”, explica o historiador.

Antes da Europa

A história dos ciganos é baseada na tradição oral e, portanto, há pouca documentação, especialmente sobre o passado mais distante. Os primeiros documentos que se referem a eles datam de cerca de mil anos, já que eram ágrafos e passaram a ser mencionados apenas depois do contato com outros povos, principalmente os europeus. Por serem nômades, deixaram poucos vestígios materiais, o que impossibilitou um estudo arqueológico. Os registros são sempre externos e revelam olhares estereotipados, que se refletem até hoje no imaginário popular: a figura romântica idealizada por artistas e poetas ou a visão discriminatória oferecida por viajantes, clérigos, historiadores, polícia e autoridades, quase sempre manifestando incômodo com a presença dos ciganos.

“Não havia interesse sobre como os próprios ciganos viam sua cultura”, afirma Rodrigo ao relatar a hostilidade dos documentos, em particular os policiais, que tratavam “o cigano” como uma entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem características negativas, como ladrões.

Entretanto, os poucos registros que existem sugerem que os ciganos são originários do Oriente. “A maior parte dos especialistas hoje concorda que vieram

da Índia”, explica o historiador. Para justificar essa teoria, existem indícios genéticos – que situam os ciganos no subcontinente Índico – e linguísticos. O romani tem um estreito parentesco com o panyabi e o hindi ocidental, tanto no vocabulário como em estruturas gramaticais e alterações fonéticas.

Por que saíram da Índia há pelo menos mil anos ainda é um mistério. Podem ter feito parte de uma casta inferior que decidiu fugir da miséria ou então teriam sido capturados por árabes muçulmanos e levados como escravos, entre outras teorias. O que se sabe é que migraram para o Leste Europeu e norte da África, com grupos que chegaram à Península Ibérica séculos mais tarde e, posteriormente, vieram ao continente americano.

Colônia

Em 1574, um decreto do governo português deportava o primeiro cigano para o Brasil – ao menos oficialmente. Seu nome era João Torres e tudo o que se sabe é que ele deveria ficar cinco anos no território, juntamente com a esposa, Angelina, e os dois filhos. O documento de degredo se encontra em Lisboa, no Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Depois dele, outros ciganos vieram entre os séculos XVI e XVIII, e nesse período, todos eram de etnia *calón* e viviam do comércio. Ferreiros e vendedores de cavalos eram as principais profissões. Por muito tempo, a realidade não era muito diferente da europeia, cheia de pobreza e preconceito. Mas, segundo o historiador Rodrigo Teixeira, houve um período em que os ciganos tornaram-se ilustres. Ironicamente, a ascensão social se deveu à exploração de um terceiro grupo: os negros africanos.

“Em 1798, quase metade da população era escrava e esse mercado tinha muita importância. No Rio de Janeiro, onde o aquecimento econômico era maior, os ciganos comercializavam escravos de segunda mão, atendendo a proprietários de fazendas menores no interior do país, como em Minas Gerais”, explica. Como a atividade era considerada útil, eles foram aceitos e alguns chegaram a patrocinar festas na Corte. O prestígio começou a ruir com a Independência, que trouxe o sentimento de nacionalismo (logo, a exclusão do cigano) e, posteriormente, a abolição da escravatura, seguida pelo declínio econômico dos *calóns*.

Com a modernização e os ideais de progresso, veio o reordenamento físico das cidades. “Houve um processo de ‘higienização’ das vias públicas, a fim de excluir dos centros os indivíduos que não se encaixavam na nova ordem. Então, além de não ter dinheiro, os ciganos foram segregados socialmente e permaneceram à margem por muitos anos.”

Herança brasileira

Com um passado de significativo isolamento social, chegar ao topo é motivo de júbilo. Com o peito estufado de orgulho, centenas de ciganos espalhados pelo país dizem: “Muitos de vocês não sabem, mas já tivemos um cigano como Presidente da República”. O fato pode chocar mentes mais conservadoras, mas a frase é verificável em biografias do ex-governante, apesar de não ser amplamente divulgado. Porém, nada de estereótipos. O cigano que presidiu o país não andava com um lenço amarrado na cabeça e correntes de ouro balançando no pescoço descoberto. Seu visual costumava não dispensar terno e gravata borboleta, além de um sorriso simpático. Era a figura populista de Juscelino Kubitschek, o “presidente bossa nova”, nas palavras do compositor Juca Chaves.

Os documentos de imigração não se referem a Jan Nepomusky Kubitschek, bisavô materno de JK, como cigano. Apenas relatam que ele veio da antiga Tchecoslováquia, o que significa que teria pertencido à etnia *rom*. Jan trabalhava como marceneiro em Diamantina e casou-se com a brasileira Maria de Jesus Aguilar, com quem constituiu família. Uma das netas do casal, Júlia Kubitschek, deu à luz Juscelino em 1902. “É pela referência oral que sabemos sobre esse capítulo da história do ex-presidente”, relata Rodrigo. “Todo o mundo sabe que JK era um grande apreciador de música. Aqui em Minas, os ciganos mais velhos contam que na época de seus pais, já falecidos, ele visitava os acampamentos para prestar serviço médico e ouvir os violeiros.”

No entanto, a admiração pelo ex-presidente não se estende a todos os ciganos. Mio Vacite, por exemplo, tem ressalvas com relação a Juscelino. “Ao mesmo tempo em que tenho orgulho de um cigano que chegou ao poder, sinto desprezo. A verdade é que ele não fez nada pelo nosso povo e foi covarde por não se assumir cigano. Muita coisa poderia ter sido diferente.”

Mio luta pelas causas ciganas desde a década de oitenta. Iniciou a movimentação cultural que resgatou a música e a dança cigana entre os meios não-ciganos, o que não acontecia desde o período colonial, e coordenou o primeiro grupo de estudos sobre ciganos no Brasil. É também presidente da ONG União Cigana do Brasil, entidade que arrecada doações para comunidades ciganas carentes do Rio de Janeiro.

A ação mais conhecida que fez em prol dos ciganos foi, provavelmente, a carta que enviou a Aurélio Buarque de Hollanda em 1988, pedindo que mudasse o sentido pejorativo dado à palavra “cigano” no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa – associada a “trapaceiro”, entre outros adjetivos negativos. Foi atendido.

Da arte de conversar

Se tem algo que Mio Vacite faz melhor que tocar violino é bater papo. Acostumado à rotina de se apresentar em festas, dorme tarde, por volta das duas da manhã. Quando não tem show marcado, é com a conversa que entra noite adentro, principalmente para falar do passado.

Teve uma vida mais confortável que a da maioria dos ciganos. O pai trabalhava como guarda-livros (equivalente a contador) e a mãe, jogando tarô. “Ela era uma grande conselheira. Quase uma psicóloga”, diz respeitosamente. Moraram por alguns anos em Juiz de Fora, em Minas Gerais, e lá ele estudou em um conhecido colégio de freiras. Ainda assim, a infância não foi fácil. “Sofri *bullying* na escola. Era constantemente acusado de roubo e cheguei a apanhar várias vezes de colegas. Naquela época, ninguém gostava de cigano”, lembra com amargura. Aos nove, em meio a uma brincadeira de arco e flecha (usando varetas), o irmão mais novo acertou o olho direito de Mio. A vista, a princípio, ficou embaçada e, ao longo dos vinte anos seguintes, perdeu a visão.

O consolo que encontrou foi o violino. Aprendeu a tocar sozinho, quando o pai, dono de um instrumento, não estava olhando. Com dezoito anos, entrou para o

Conservatório Brasileiro de Música. “Gosto muito da música cigana, mas às vezes enjoa. Prefiro tocar MPB e jazz.”

Aos vinte e um, casou pela primeira vez com uma cigana de São Paulo que encontrou, por acaso, em uma festa. “Vi e gostei. Ela também gostou de mim. Com gente da minha etnia é assim. Casamos por simpatia”, explica. Teve dois filhos com ela, mas, trinta e cinco anos e muitas brigas depois, separou. Hoje, é casado com Jacqueline, de quarenta e seis anos, que joga cartas e trabalha com Mio na União Cigana do Brasil.

No final dos anos oitenta, no casamento do filho mais velho, conheceu Glória Perez e permitiu que fosse feito um laboratório com sua família. A autora se interessou, particularmente, pela sobrinha de Mio, Iovanka, que foi a inspiração para a personagem Dara, interpretada por Tereza Seiblitiz. Iovanka, hoje com quarenta e seis anos, desafiou os pais e o tio quando decidiu que queria terminar a escola, prestar vestibular e estudar direito. Mio afirma que ela tinha várias propostas de casamento, mas após optar pela emancipação, todas foram retiradas. “Eu fui contra. Não sou contra o conhecimento. Acho que os ciganos, inclusive as mulheres, devem ler muito, ir ao teatro e ver filmes. Mas penso que não precisamos ir à escola até o fim ou à faculdade. Nessa idade, mesmo dentro da comunidade, muitos jovens namoram escondidos, o que não aprovamos. Se frequentam esses espaços, acabam se envolvendo com quem não é cigano, o que é pior. Foi o que aconteceu com a minha sobrinha.”

Iovanka, hoje com quase cinquenta anos, é advogada autônoma e mora em Jacarepaguá. O marido *gadjé* trabalha com sonorização. Os dois se casaram apenas na igreja católica, sem a tradicional festa cigana, e tiveram dois filhos. A família passou alguns anos sem falar com ela, mas, aos poucos, a relação melhorou e hoje Iovanka é convidada a comparecer em algumas festas. Não teve, exatamente, o final feliz de novela, mas o desfecho possível da vida real, que tenta balancear os problemas existentes com as alegrias conquistadas.

Olhar oblíquo

A existência dos ciganos foi registrada, também, pela literatura. Antes de estudar a vida desses povos e ir a campo, a antropóloga Florencia Ferrari pesquisou suas referências em diversas obras, durante o mestrado na Universidade de São Paulo. Começou com *Romancero Gitano*, do espanhol Federico Garcia Lorca, para depois percorrer autores brasileiros, como Machado de Assis, Guimarães Rosa e Raduan Nassar. “Normalmente, os ciganos aparecem como coadjuvantes ou mesmo servindo de adjetivos para caracterizar outros personagens, relacionados à liberdade e à sedução”, explica. “É visível que não tinham conhecimento sobre a cultura cigana. Portanto, projetavam neles características e medos da nossa sociedade. Só a partir dos anos cinquenta é que começa a haver um cuidado etnográfico maior.”

3. POR TRÁS DA SAIA LONGA

No imaginário popular, a cigana é livre, exótica e sedutora. Ao vê-la dançar, jogando as saias de um lado para o outro, com rosas e leques entre as mãos, não é fácil desconstruir a figura idealizada. Afinal, quase ninguém sabe que, horas antes, ela estava com os dedos calejados de lavar a roupa no tanque; ou contando as moedas para ver se terá comida suficiente para dar aos filhos na semana; ou, simplesmente, imaginando uma vida diferente da sua.

Delir Fernandes não se considera uma mulher feliz. Aos trinta e oito anos, vive em um pequeno acampamento *calón* em Joinville, Santa Catarina, com três das seis irmãs: Maria Paula, Linda e Lucir. Cada uma tem dois filhos (as idades variam de dois a quinze anos) e pouco dinheiro no bolso.

A terra de cem metros quadrados onde estão há um ano e meio ainda aguarda autorização. A área fica perto do mercado, do banco, da lotérica e do ponto de ônibus. Mas as condições são precárias. Não há água nem esgoto, apenas uma pequena fossa colocada pela prefeitura (é por um buraco pequeno no chão que eles descartam os dejetos) e energia elétrica. Para tomar banho, lavar roupa e louça, cozinhar e beber, enchem baldes de água na casa da vizinha (a única que não reclama de viver próxima a um acampamento cigano). Pagam vinte e cinco reais por mês por barraca pelo favor.

As quatro tendas são erguidas com madeira e lona, como as de Sobradinho, mas não têm piso. Os eletrodomésticos ficam espalhados e são divididos por todos os doze moradores (como a geladeira e o fogão). “Mas televisão e celular, temos dois de cada”, conta Delir.

Quase todas as irmãs são viúvas. Apenas Maria Paula ainda é casada. Quando o marido de Delir teve um derrame, há seis anos, primeiramente ela encomendou o velório e o enterro, com caixão de madeira, uma coroa de flores simples e a celebração feita por um padre. Depois, seguiu a tradição *calón* para o luto: queimou todos os pertences do falecido. “A gente bota fogo em tudo. Nas roupas, na cama e até na barraca. É para libertar a alma do morto. Chorei um dia inteiro vendo as coisas virarem pó”, relata. As lágrimas eram de saudade, mas

também de preocupação. Para quem não tem muito, deixar o fogo consumir seu pequeno patrimônio dói.

“Meu pai era vivo na época. Me comprou outra barraca e deu um pouco de dinheiro para ajudar a recomeçar”, esclarece. O ritual termina, mas o luto continua. É costume que as viúvas passem um ano usando preto e respeitando algumas privações: não podem ir a festas, escutar músicas e comer carne. “Um baita sacrifício.”

Beca Tschiedel e Du Lopes



Delir e Maria Paula, duas das irmãs que vivem em Joinville dramas financeiros e pessoais.

Todas compartilham sentimentos muito parecidos ante as tragédias enfrentadas. Lucir teve o marido morto em uma briga com ciganos de outra comunidade. Linda perdeu o seu em um acidente de carro. O esposo de Maria Paula está vivo, mas tem problemas sérios de coração, que ela não lembra bem o nome. “Por causa disso, ele fica mais em São Paulo, com os pais dele, para se tratar. Visita a gente só de vez em quando, então não manda em nada aqui”, diz.

Por capricho do destino, as mulheres assumiram o comando do acampamento, o que, entre os ciganos, é raro e não é bem visto. Por ser a mais velha, Delir é a líder. Não tinha outro jeito. “A gente manda aqui e eu mando mais,

mas não é por que a gente escolheu. É pela necessidade. Não temos homem. Mas como não fomos criadas para isso, não gosto. Acho muito difícil pelear sozinha.”

Mesmo assim, nem Delir nem as irmãs querem saber de casar novamente. “Às vezes eu sinto falta de estar com um homem, entende? Mas acho que não vale à pena. Não quero correr o risco de arrumar um que queira só mandar em mim e não seja um bom pai para os meus filhos, que maltrate eles. Tenho que pensar nas crianças”, justifica.

Os dois filhos e seis sobrinhos estão matriculados na escola municipal da região, embora os mais velhos estejam atrasados. “Nossa esperança é que eles estudem e sejam alguém na vida. Que não vivam nessa pobreza que a gente vive hoje”, lamenta. As quatro irmãs são analfabetas.

Elas compram e revendem panos de cozinha pelas ruas de Joinville. “Queria uma máquina de costura para poder fazer, mas não tenho dinheiro para comprar uma”, diz Maria Paula. Há menos de um ano, começaram a receber o Bolsa Família. “Antes era pior ainda.”

Não bastasse a dificuldade econômica, tanto Delir quanto Maria Paula sofrem de depressão. As duas usam Amytril, remédio controlado à base de Cloridrato de Amitriptilina que, elas lembram, às vezes falta no posto de saúde. “O bom do remédio é que a gente toma e logo dorme”, confessa Delir, admirando o prazer em fugir da realidade.

Com um cigarro na mão, começa a cantar um ritmo cigano (aparentemente espanhol) que gosta. É agora que emite um sorriso, mostrando seus quatro dentes de ouro, da época em que a família tinha algum dinheiro e era comum “usar o ouro na boca” para evitar ser roubado. Como o Amytril, a música cigana faz Delir sorrir e esquecer as dores do dia. Apenas por alguns instantes.

Centelhas de feminismo

Mudar a condição social em que vive é uma tarefa difícil para a mulher cigana. Exige, no mínimo, persistência. Quem vê Edvalda Bispo dos Santos, mais conhecida como Dinha, em vestidos tradicionais enfeitados, sorriso de orelha a orelha e cabelos pretos esvoaçantes, não desconfia do caminho de batalhas e

infortúnios que trilhou quando era mais nova. Aos vinte e oito anos, sente-se realizada, mas segue lutando.

Nascida em Itamaraju, no interior da Bahia, fugiu de casa aos doze anos, na calada da noite. Lá, vivia com os pais e os quatro irmãos (todos homens, mais velhos que ela) em uma comunidade *calón* acampada. A família queria que Dinha largasse a escola, pois acreditava que sabia o suficiente e esse era o costume. No entanto, ela queria se formar. Sonhava em ser professora. Argumentou e brigou, mas não teve jeito. Arrumou, então, uma trouxa de roupas e, com o pouco dinheiro que tinha, pegou um ônibus para Itabela, a cinquenta e três quilômetros. Era onde morava a madrinha, Maria José, que também era cigana, mas vivia em casa, dentro da cidade, com o marido e uma filha pequena.

Os pais tentaram levá-la de volta, mas por proibirem a menina de ir à escola, o oficial de justiça do estado responsável pelo caso acabou por conceder a guarda provisória para Maria José, segundo Dinha. A decisão teve consequências drásticas. “Os membros da comunidade viraram as costas pra gente. Achavam que eu ia virar puta. Mas minha madrinha sofreu mais ainda, por ter me acolhido. Foi perseguida moralmente e fisicamente também. Alguns parentes, quando encontravam com ela, xingavam e puxavam o cabelo.”

Dinha deu continuidade aos estudos, mas não abandonou a tradição. Maria José arrumou um noivo para a afilhada e ela disse que casaria com uma condição: que ele não a impedisse de ir à escola. Assim, casou aos quatorze anos e perdeu a virgindade com o marido. Um capítulo do passado que ela não gosta de lembrar. “Fiz o que tinha que fazer, mas não era minha vontade. Na verdade, me casei por que me sentia um peso”, lembra cabisbaixa.

O marido – cujo nome ela não revela – cumpriu o prometido e deixou Dinha estudar, enquanto trabalhava no comércio. Ele tinha vinte e um anos. No entanto, era longe do esposo que ela se sentia feliz. “Ele era grosso, muito machista, não me deixava sair pra nenhum outro lugar, nem com as minhas amigas, não me deixou aprender a dirigir e me tratava como uma empregada”, relata. É com o olhar distante que ela decide contar o mais sofrido dos traumas. “Um dia ele me bateu com um cabo de vassoura.” Fica em silêncio por um momento e continua: “Eu

fiquei com o braço todo roxo, mas ele pediu desculpas e disse que não ia fazer de novo. Acabou fazendo mais algumas vezes. Uns tapas e socos. A maioria não doía tanto. Mas um dia, ele me machucou de verdade. Braço, perna, costas... tudo roxo. Pra mim foi o fim”, encerra com uma lágrima caindo pelo rosto, que ela se apressa em enxugar.

Dinha queria denunciar o marido. A sogra implorou para que não fosse à delegacia e, como as duas se davam bem, ela acabou fazendo um acordo. Ficou com a casa e a guarda dos dois filhos que teve com ele, em troca do silêncio.

Foi um período difícil. Dinha estava com vinte e quatro anos e tinha dois meninos para criar. A madrinha acabara de falecer. “Fiquei muito triste, porque ela era a pessoa mais importante da minha vida”, lamenta. Os pais voltaram a falar com ela depois que terminou a escola, mas ainda não aceitavam suas escolhas. “Mandaram um dos meus irmãos para morar comigo, pois não ficava bem uma mulher cigana viver sem marido e sem família”, aponta. Ainda assim, nunca havia sido tão livre. Era hora de correr atrás do sonho que enterrara em algum lugar dentro de si mesma.

Em Porto Seguro, para onde se mudou por conta do último emprego do ex-marido, resolveu trabalhar em prol dos povos ciganos. “Nunca escondi minha origem. Posso não concordar com alguns costumes que acho ultrapassados, mas tenho muito orgulho de quem eu sou”, explica. Hoje, ela representa os ciganos na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepir) da Bahia e coordena um projeto de alfabetização de crianças e adultos em um acampamento na periferia da cidade. “Minha meta é fazer com que o governo coloque uma escola dentro da comunidade.”

Além de fazer o que gosta, Dinha agora está com quem quer. Há um ano, conheceu o atual marido, Dominique, que é cantor de música cigana e tem sete anos a menos que ela (o que não é uma situação comum). Os dois namoraram às escondidas por dois meses e decidiram morar juntos. Por pressão das famílias, que não concordavam com a situação, casaram há quatro meses. Na casa, moram Dinha, Dominique e Alexandre, o filho mais novo, de onze anos. “O mais velho, de quatorze, está no Rio de Janeiro, jogando no Vasco.”

Mesmo depois de passar por tantas dificuldades, não se arrepende de nenhuma decisão que tomou. “Com tudo o que faço pelo meu povo, hoje meus pais entendem a importância do estudo e me respeitam. É isso que eu tento passar pra frente. Acho que quanto mais a educação for difundida entre as novas gerações de ciganos, menos machismo a gente vai ter e menos mulheres vão ser obrigadas a passar por situações parecidas com a minha.”

Beca Tschiedel e Du Lopes



Belos vestidos escondem o passado de Dinha.

4. MEU GRANDE CASAMENTO CIGANO – À PAULISTA

Às dez horas da manhã do dia dezesseis de março de 2013, começa o rebuliço no salão do Clube 13º Quarteirão, no movimentado centro de Jaú, interior de São Paulo. A maior parte dos quase cento e trinta e dois mil habitantes da cidade famosa pelo comércio de sapatos segue suas atividades como se fosse um dia qualquer. Crianças vão à escola, idosos sentam nos bancos da praça e o mercado está cheio de gente apressada. Mas para as famílias jauenses que se reúnem no salão, o dia é de festa.

Do estacionamento, ainda com poucos carros, dá para sentir o cheiro do churrasco, que vem do ambiente externo – uma laje sobre colunas, logo ao lado da cozinha e do salão. Em meio à fumaça iluminada pelo sol, mulheres de maquiagem carregada em vestidos longos, coloridos e cheios de brilho conversam e correm atrás das crianças. Uma cena que não parece fazer muito sentido. Afinal, onde já se viu se vestir com tanta pompa logo cedo? É por que não se trata de um evento qualquer. Este é um casamento cigano.

Mais ao fundo, perto da churrasqueira, os homens vão se reunindo, copos de cerveja a mão. Bem menos arrumados que suas mulheres, a maior parte usa apenas calça social e camisa, dando maior destaque aos sapatos, com grandes fivelas douradas. No centro, o noivo – este mais ajeitado, de terno preto e camisa branca, reclamando do calor. Junior Castilho, mais conhecido como Juninho, é um jovem de pele morena, cabelos negros e lisos e sorriso simpático. Com dezenove anos, marcha tranquilo rumo ao segundo casamento. “O primeiro foi quando eu tinha dezesseis e era arranjado. Durou quase dois anos, mas não deu certo, a gente não se dava bem e a separação já nem é tão mal vista hoje”, comenta sem culpa e otimista. “Espero que agora dê tudo certo.”

A família de Junior é de etnia *rom kalderash*, grupo originário do Leste Europeu e bastante espalhado pela América. Há cerca de duas décadas, muitos adotaram o protestantismo como religião. Dessa forma, permitem desfazer as uniões e, por isso, consideram-se muito modernos – embora ainda carreguem um grande número de tradições, boa parte delas baseadas em princípios conservadores.

Enquanto os convidados e o noivo aproveitam o início da festa, as famílias acertam as contas. Entre os *kalderash*, depois do casamento, a noiva (instrumento de posse e valor) passa a pertencer à família do noivo. Essa migração da moça tem preço. Para os futuros parentes, em dinheiro; para ela, o abandono do lar de toda a vida, em direção a uma nova morada, território desconhecido que funciona sob outras regras. “No passado, há uns cinquenta anos, o pagamento do dote era feito com três moedas de ouro. Hoje, acertamos em cinco mil reais aqui no Brasil”, explica o pai de Junior, Claudio Castilho, de quarenta e seis anos. É ele quem paga o valor.

A noiva prestes a ser permutada é Linara Martins, de dezesseis anos. Hoje, a adolescente magra, de um metro e sessenta, pele morena, cabelos longos, ondulados e escuros, acordou às seis da manhã. Foi se arrumar no salão de beleza e, às dez horas, terminou de se vestir na casa do avô, em um bairro de classe média em Jaú. Depois da morte do pai por problemas de saúde, quando ela tinha ainda nem se entendia como gente, a mãe casou de novo com outro cigano. Pela tradição, ela deveria continuar morando com a família paterna. “Nem tenho lembrança de morar com a minha mãe, então sempre achei normal”, conta.

A casa de Celso Martins, de sessenta e oito anos, tem três quartos, sendo um, até hoje, pertencente a Linara. Mas é na sala que acontece a negociação com Claudio. Esse momento é restrito e pode ser visto apenas pelos parentes mais próximos. “É um ritual mais íntimo, mas não temos segredos. Eu e o Claudio somos velhos conhecidos, então ficamos ali conversando, rindo e tomando uísque, enquanto é feito o pagamento”, explica Celso. Chega, então, a hora de se reunir aos convidados.

Por volta das onze e meia da manhã, duzentas e cinquenta pessoas (a maior parte, parentes de Uberlândia, em Minas Gerais) aguardam a protagonista da festa. À espera de Linara, também se encontra um tapete vermelho, que leva ao interior do salão. Sem avisos, entra no pátio uma elegante limusine branca. Na placa preta, a data do casamento, acompanhada pelos nomes dos noivos em branco e um coração no meio. O carro segue em frente até chegar ao tapete. Muitos vão se aglomerando para ver a noiva, especialmente as meninas mais novas; uma multidão curiosa para ver e comentar sobre o vestido.

Tremendo um pouco, Linara desce do carro. Com o sorriso radiante e infantil de quem está prestes a cumprir uma missão, equilibra seus poucos anos de vida no salto alto e fino. O vestido branco e rodado não economiza no bordado. Sobre a cabeça, um véu da mesma cor pendurado na coroa. Nada muito diferente, não fosse a grande quantidade de joias pendendo das orelhas e do pescoço. O que mais chama a atenção é seu colar de noivado, peça conhecida como *quepara*: uma espécie de medalhão de ouro que parece um sol.

A cerimônia

Laísa Amaral Queiroz



Junior e Linara durante a rápida celebração, em uma festa de dois dias inteiros.

A decoração do salão se compõe, basicamente, de branco e dourado. Essas são as cores dos forros das quatro mesas enormes que ocupam o centro. À esquerda, a clássica mesa com o bolo falso e um casal de noivos no topo; o palco, que vai receber dali a pouco a banda; e uma mesa de frios. No meio, o tapete vermelho. O pastor cigano Carlos Tan Cristo está pronto para dar início à cerimônia. Ao lado dele, Junior aguarda a noiva.

Linara, braços dados ao avô, cambaleia até o noivo, sem tirar o sorriso do rosto. Os homens olham para ela com admiração. A celebração acontece em romani e todos parecem entender. Ao menos os que prestam atenção, mais próximos do casal. Os mais afastados, em ritmo de festa, bebidas a mão, conversam alto, como se

fosse uma atividade cotidiana – o que não deixa de ser, visto que estão acostumados a ir aos casamentos uns dos outros várias vezes ao ano. Carlos, que é pastor da Assembleia de Deus Comunidade Cigana em Congonhas, São Paulo, dá conselhos ao casal. Lembra ao homem que a mulher é parte dele (já que a *Bíblia* fala que Eva saiu da costela de Adão) e os dois devem se respeitar. Vinte minutos depois, ocorre a troca de alianças e, sem beijo na boca – coisa que os *kalderash* não fazem em público – Linara e Junior estão casados perante Deus e os costumes. Não é comum oficializar a união civil.

Passado o rito, a comida começa a ser servida. As próprias convidadas vão à cozinha buscar os pratos: três tipos de carnes, arroz, feijão preto, massas e saladas em grandes quantidades. São distribuídos ao longo das quatro mesas e cada um se serve com o que foi colocado à frente. Boa parte dos presentes usa apenas esse momento para se sentar. No resto do dia, empurram as mesas e cadeiras para os cantos e dançam.

O repertório musical é bem variado. Como no programa de televisão *Meu Grande Casamento Cigano*, do canal pago TLC, que mostra as festas entre os ciganos dos Estados Unidos, músicas tradicionais são tocadas. A maioria sabe dançar. Mas preferem os ritmos que trazem um toque de brasilidade. Não faltam sertanejo e tecnobrega.

Em meio à dança, destacam-se os olhares. Em geral, os homens ficam de um lado do salão e as mulheres de outro. De vez em quando formam pares, mas normalmente são maridos e esposas e não ficam grudados um no outro. Mesmo à distância, os solteiros tentam chamar a atenção do sexo oposto. O casamento de parentes é o local de conhecer possíveis noivos. Portanto, é onde vão mais arrumados.

Meninas que ainda não passaram dos doze anos se esforçam para equilibrar o corpo o dia todo em cima de saltos altos. Grupos de primas vão ao banheiro de hora em hora e disputam o espelho para retocar a maquiagem, enquanto dizem, em segredo, o que acham dos meninos. As mulheres casadas também são vaidosas. Se vestem e se maquam como as solteiras, mas usam lenços presos discretamente no cabelo para revelar sua condição. As idosas vão arrumadas, mas sem a

pretensão de atrair olhares. Preocupadas mais com a comodidade, dispensam os saltos e guardam maços de cigarro no sutiã, para não ter que carregar bolsa.

Junior e Linara passam a maior parte da festa juntos, o que não podiam fazer antes. Os dois se conheceram no casamento de uma tia em comum no ano passado, em Limeira (também no interior de São Paulo). Trocaram meia dúzia de palavras e pronto. Junior falou para o pai que estava interessado nela. Claudio procurou o avô de Linara, Celso, para comentar sobre o desejo do filho. Celso perguntou a Linara se lhe interessava e ela disse que sim. “Hoje, as mulheres podem dizer se querem ou não. Mas se a Linara quisesse casar com alguém que não fosse do nosso meio ou não fosse de confiança, eu não teria deixado”, afirma Celso.

De Junior, ele gosta. Conhece desde pequeno. “Acho bom ele ser evangélico, não beber demais e nem fumar”, diz Celso logo depois de dar uma tragada no próprio cigarro. Para ele, Linara combina com Junior e isso é importante para não ter brigas. “O amor vai sendo construído depois.” Admite, no entanto, que vai sentir falta de ter a neta em casa. “Agora vai ser só eu e minha velha.”

Cor de núpcias

O dia chega ao fim, mas a festa continua – para os convidados. Pouco depois das seis da tarde, Junior e Linara se despedem. Chega a hora de cumprir com os novos deveres de casal. Ou quase; antes de dar início à noite de núpcias, é necessário um preparo. E a maior responsável por isso é a madrinha. “Meu papel é garantir que nada dê errado. O trabalho começa bem cedo. Levei a Linara no salão pra se arrumar, acompanhei ela no carro e fiquei perto dela durante o dia todo”, conta Cristina Castilho, de cinquenta e sete anos, que, além de ser a madrinha de Linara, é tia de Junior.

O mais importante é acompanhá-la até a casa onde, segundo a tradição, Linara deixará de ser menina para tornar-se, ao menos aos olhos do povo, mulher. Entre todos os costumes da comunidade, este é o que deve ser levado mais a sério: a manutenção da virgindade até o matrimônio. Vale também para os homens. Porém, somente as mulheres têm a obrigação de provar que ainda são criaturas imaculadas.

Na cama, o lençol branco de algodão à espera da confirmação. Mesmo que Linara já tenha visto muita televisão (como qualquer menina da idade dela) ou ouvido histórias de mulheres experientes, não é o bastante. “É minha obrigação explicar pra ela como vai ser e deixar ela na posição certa pra esperar o marido”, ensina a madrinha, sem revelar qual é o tal arranjo. Para poder falar desse assunto com propriedade e aprovação, obviamente, ela deve ser uma mulher casada. Mais que isso, ter tido apenas um marido. Acredita-se que padrinhos separados dão azar à nova parelha.

Como parte do protocolo, depois que tudo acontece (ou não) como deveria, a madrinha é a responsável por conferir a presença vermelha do sangue na superfície branca. Enquanto isso, na festa, os convidados esperam pela resposta, que chega pelas oito e meia da noite. Cristina não se contém de tanta felicidade ao entrar no salão em seu luminoso vestido rosa, uma bandeira vermelha com os nomes “Linara e Junior” e uma garrafa de espumante na mão. “A menina era virgem!”, grita. O ânimo dos presentes é renovado. Mesmo quem já estava cochilando nas cadeiras, se levanta para comemorar. Quando a virgindade não é comprovada (nem pelo exame do lençol, nem por um médico), o casamento é desfeito e o dote devolvido. Além disso, o nome da família fica manchado, ao contrário do lençol.

Alguns minutos depois, a tradição é colocada de lado e o funk carioca toma conta do salão. As meninas podem se deixar envolver pela dança libidinosa, sem se preocupar, por ora, com a preservação da virtude, tão desprezada pelo gênero musical.

O dia seguinte

As festas ciganas são famosas pela longa duração. Alguns grupos ainda celebram casamentos durante uma semana, mas entre os *kalderash*, hoje tudo acontece em dois dias. O primeiro é custeado pelo pai do noivo. O segundo, pela família da noiva. O espaço é o mesmo, mas a decoração muda. Hoje, é vermelha. Sobre as mesas, vasinhos com rosas, também vermelhas. Sobrou muita comida do dia anterior, mas reaproveitar é proibido. Jogam tudo fora e começam outra vez.

É quase meio dia quando Linara chega. Hoje não tem limusine, mas nem por isso ela chama menos a atenção. Surge em um vestido vermelho, bordado em dourado, que simboliza a perda da virgindade horas atrás. Parece menos nervosa e ainda mais sorridente que no dia anterior. À mão, um balde prateado, cheio de água e pétalas de rosas, além de uma toalha da cor do vestido. Ao invés de dar presentes, os parentes colocam dinheiro na bolsinha que Linara carrega. Ela, em troca, lava as mãos dos convidados.

Anda por todo o salão. Depois, senta para descansar. Afirma que está feliz. Teve medo do que a esperava na noite anterior, pois era uma experiência nova, mas também tinha curiosidade. “Eu quis casar e sabia das minhas obrigações. Quase todas as minhas amigas são casadas. Acho que eu estava preparada”, diz timidamente. Lamenta, apenas, ter que deixar a casa dos avós.

Laísa Amaral Queiroz



Segundo dia: a cor predominante é o vermelho.

Para Cristina Castilho, as tarefas como madrinha chegam ao fim. Hoje ela aproveita para comer muito, dançar e tomar cerveja. Como no primeiro dia, os convidados continuam arrumados e animados. Alguns, bêbados. Ao cair a noite, um senhor todo vestido de branco sobe no palco e começa a cantar. A senhora de vestido laranja florido que ajuda a limpar a sujeira dança abraçada com a vassoura. Crianças dormem em colchões estirados no chão. Aos poucos, os convidados vão embora. O estacionamento, antes lotado – especialmente de camionetes imponentes e elegantes carros sedan –, esvazia.

É hora de cada um voltar para casa, exceto Linara. Agora, faz parte da família Castilho. Tem novo endereço, novos afazeres e um marido. Junior, que estudou até a sexta série (dois anos a mais que a esposa), vai dar continuidade à venda de enxovais com o pai. Linara cuidará da casa. Agora, os dois não têm mais pressa. Querem aproveitar a vida a dois. “Disse ao Junior que não quero ter filhos por uns anos, para dar tempo de a gente se conhecer melhor. Ele concordou.”

5. NA ESTRADA... DE JESUS

Ana Júlia Melo



Pastor Alexandro: elementos ciganos se misturam ao pentecostalismo brasileiro.

“Patcha le Deuleski.” É com essas palavras – que significam “a paz do Senhor” – que o pastor Alexandro Castilho costuma iniciar o culto na comunidade, em Aparecida de Goiânia. A cidade que tem cara de interior, mas é a segunda maior do estado e conta com quase quinhentos mil habitantes, é praticamente colada na capital de Goiás (apenas onze quilômetros distante), e abriga cerca de duzentos e

cinquenta ciganos. Quase todos vivem no bairro Residencial Brasicom. Quase todos são evangélicos.

A igreja que frequentam faz parte da Assembleia de Deus Comunidade Cigana, uma vertente da Assembleia de Deus voltada para os ciganos. Em Aparecida de Goiânia, existe há cinco anos. O pastor, um homem moreno de cinquenta e seis anos e cabelos grisalhos, assemelha-se a um indiano (possivelmente por sua origem mais longínqua). É cigano, de etnia *rom kalderash*, assim como boa parte dos fiéis. “Às vezes aparece gente que não é cigana e nós recebemos do mesmo jeito”, conta Alexandro. É com a frase “sê bem vindo em nome de Jesus, volte sempre e traga mais luz” que os visitantes de primeira viagem são acolhidos.

O templo ainda não está pronto. Por fora, é uma construção elegante, toda em azul claro. Por dentro, ainda falta basicamente tudo: piso, pintura, móveis. Falta também dinheiro, segundo o pastor, para dar continuidade às obras. Os ciganos de Aparecida de Goiânia, em geral, não são ricos, vivem em casas simples e sua contribuição como dizimistas não é das mais abundantes. Enquanto o templo não fica pronto, a celebração é feita em um terreno alugado da mesma rua. O piso é de cimento, mas não há edificação e sim uma tenda. No pequeno palco, os instrumentos musicais, microfones, bancada e, nas laterais, panos vermelhos e floridos, dando um toque cigano na decoração. No restante do espaço, cadeiras brancas de plástico.

Alexandro e seus ajudantes vão de terno e gravata para celebrar. Entre os fiéis, os mais velhos não se preocupam tanto com a aparência e vão apenas um pouquinho mais arrumados do que se estivessem em casa. Os mais novos prestam atenção a cada detalhe, principalmente as mulheres. Usam vestidos ou saias longas elegantes, cabelo escovado, maquiagem bem feita e muitos acessórios. Não é como em um casamento, mas é perceptível que o visual foi planejado. Afinal, a igreja é um dos locais onde a comunidade se reúne e onde os jovens podem conhecer possíveis candidatos a noivos.

O rito começa às oito horas da noite no domingo e é, praticamente, o mesmo das demais igrejas da Assembleia de Deus. Intercalam sermões, músicas e leituras

bíblicas. As vozes são bastante exaltadas, como é normal em igrejas pentecostais, e, em alguns momentos, todos proferem rezas ao mesmo tempo, quase um mantra emitido de mãos para o alto e olhos fechados. A maior parte é falada em romani. As leituras, que nesse dia passaram por Efésios, Isaías e Tessalonicenses, são em português. As músicas variam. São de responsabilidade das filhas do pastor: Mirely, de doze anos, e Rebeca, de quinze. Algumas são músicas gospel típicas. Outras, com auxílio do pandeiro, ganham uma roupagem cigana espanhola, o que deixa o clima mais festivo.

Os adultos e jovens levam tudo muito a sério. Na hora da Santa Ceia, copinhos com suco de uva são distribuídos – já que a igreja não recomenda o consumo de bebida alcoólica, o vinho, tradicional símbolo do sangue de Cristo, não é servido. Qualquer um pode participar. Depois de beber, se ajoelham de costas para o altar em agradecimento. Por fim, vem a bênção. Enquanto o show da fé acontece para os mais velhos, as crianças ficam reunidas em um agrupamento de cadeiras pequenas, feitas especialmente para elas, ao fundo. Com uma supervisão bastante flexível, conversam alto, dão risadas, brincam e tiram fotos com o tablet de um colega, como se estivessem em qualquer outro lugar.

Poucos minutos depois das dez da noite, todo o barulho (da oração dos adultos e da algazarra das crianças) termina. Tão rápido como começou. Os setenta e oito ciganos que compareceram voltam para suas casas, rumo a mais uma semana de trabalho.

Pastor cigano

Nos anos de itinerância, Alexsandro morou em dezenas de cidades, principalmente nos estados de São Paulo (onde muitos parentes vivem até hoje) e Minas Gerais, tendo se firmado em Aparecida em 2007. Nem sempre foi evangélico.

“Antes eu me dizia católico, como quase todo mundo, mas não levava a religião a sério”, conta. Nesse período, era um homem impaciente. Diz que bebia muito, fumava e já se meteu em brigas. Agora, jura que não faz mais nada disso. Não é difícil acreditar. Ele é calmo, sorridente, fala pausadamente e trata a todos com simpatia. Mudou um bocado depois de se converter. “Foi em 1992, quando eu morava em Bauru, no interior de São Paulo, que aceitei Jesus. Conheci um cigano

evangélico e, de alguma forma, as palavras dele me tocaram”, explica contemplando a lembrança. Aleksandro não foi o único. Relata que outras setenta pessoas também se converteram na comunidade bauruense em apenas dois dias.

Ainda assim, não queria virar pastor, por ser um cargo de muita responsabilidade. Diz que foi um chamado. “Não escolhi esse caminho, mas aceitei.” Então, estudou teologia em Palmas, no Tocantins, antes de fundar a igreja. Mesmo que não tenha sido seu desejo inicialmente, a palavra de Aleksandro tem peso na comunidade. Além de líder espiritual, é também o líder político. É ele quem dialoga com a prefeitura pela concessão de terra para acampamentos, representa os ciganos da cidade em eventos e vai até Brasília cobrar direitos do Governo Federal na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Fora de casa, é um homem dinâmico.

Dentro da residência de três quartos alugada, é apenas marido, pai e filho. Moram ali a esposa, Márcia, a mãe, Dona Isabel, e os três filhos: Rebeca, Mirely e o pequeno Samuel, de três anos. O menino sorridente e sociável passa o dia correndo pelos cantos, deixando a mãe desorientada e a casa mais alegre. As meninas ajudam a cuidar do irmão, mas também gostam muito de sair (passear no shopping, ir a casamentos e viajar). As duas são vaidosas, não dispensam maquiagem e salto alto, nem uma conferida no facebook.

Márcia Castilho não para. Cuida dos filhos, da sogra, da casa e dirige o carro para onde for preciso. Tem quarenta e dois anos e casou com Aleksandro aos vinte e três. “Entre o nosso povo, eu já era considerada um pouco velha, mas achei bom. Com dezesseis anos, os jovens não sabem nem limpar o nariz!”, brinca. Os dois são primos de primeiro grau e se conhecem desde que ela nasceu. Márcia lembra que quando tinha dez anos de idade, Aleksandro zombava, dizendo “cresce mais rápido pra eu casar com você”. Quando ela cresceu, no entanto, ele já estava casado com outra – uma *gadjé* com quem teve uma filha, hoje com vinte e quatro anos, que, como a mãe, não segue a tradição cigana. Felizmente para Márcia, Aleksandro se separou e os dois puderam ficar juntos.

É com orgulho que ela exhibe o álbum de fotografias do casamento. Teve uma festa cigana tradicional, com muita música, comida e cores. A mulher de pele

morena e mais magra do que é hoje aparece usando vestido branco bordado e, em volta do pescoço, muito ouro. Na época, a família tinha de sobra. Mas com o passar dos anos e os diversos pagamentos de dotes que teve de fazer em casamentos, perdeu quase todas as joias penhoradas. É como Dona Salita costuma dizer: “Foram os anéis e ficaram os dedos”. Depois ri, quase sem dentes, do próprio infortúnio.

Ana Júlia Melo



Aos oitenta e nove anos, a memória de Dona Isabel guarda muitas histórias.

Dona Isabel tem oitenta e nove anos e um desgaste no joelho que dificulta o andar. Mas a memória é de jovem. Lembra como se fosse ontem dos tangos que dançava com o marido na Argentina, onde morou. Há trinta e sete anos, o esposo morreu e ela nunca mais quis saber de homem. Há quase dez, sua saúde não lhe permite estripulias. “Eu era a que dançava melhor na família, todo mundo gostava de me ver. Sinto falta.” Os olhos claros brilham de saudade.

Passou vinte anos lendo a mão para ganhar dinheiro, mas, desde que se tornou evangélica, sente vergonha do passado. “Era tudo mentira, eu inventava”, conta entre risos. Depois, fica muito séria e continua: “era porque precisava de dinheiro. Mas hoje acho errado.” Para melhorar as condições de vida, Dona Salita e seu grupo passaram por Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil. Aqui, esteve em vários estados: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Distrito Federal e Goiás. Segundo a tradição, que, por respeito aos idosos, não permite colocá-los em asilos, é com o filho mais novo que ela deve morar na velhice. É por isso que vive em Aparecida, na casa de Aleksandro.

Além de tomar conta da igreja e das questões sociais ciganas, o filho de Dona Salita trabalha com a venda de enxovais, como a maior parte da comunidade. Quem ainda mantém a tradição de tacheiros dos *kalderash* é seu primo, Nélio Jancovithe, de trinta e sete anos. Aprendeu a arte de fabricar tachos com o pai ainda na infância. Ele explica que é necessário esquentar as chapas de cobre e pegá-las com um alicate para trabalhar o material. “Não uso luvas para não perder a destreza. Mas, graças a Deus, nunca tive uma queimadura grave fazendo tachos”, conta. Ele leva horas para fazer cada utensílio e diz que hoje não vende tanto quanto antigamente, quando muita gente comprava para fazer doces. O preço de cada tacho depende da espessura. “Um de cinco litros, por exemplo, custa de duzentos e cinquenta a duzentos e oitenta reais.” Além disso, ele está sendo treinado por Aleksandro para dividir as funções de pastor. Diz que agora poderá trabalhar com as duas coisas que mais gosta: a produção de tachos e a pregação da palavra.



Tachos de cobre feitos por Nélio: herança de família que ele pretende perpetuar.

Romani

Todo cigano que vive em comunidade cigana, mesmo que seja analfabeto, é bilíngue. Desde o nascimento, são expostos tanto à língua local (no caso do Brasil, o português), quanto à língua de seu povo. A depender da etnia, ela se modifica, embora estudiosos acreditem numa origem comum de todos os dialetos: o romani. Quem fala um idioma mais próximo ao que seria o romani original são os *roms*. Assim, em qualquer lugar do mundo eles conseguem se entender – em tese.

Elza Murata é professora da Universidade Federal de Goiás e, durante o pós-doutorado na Universidade de Brasília, resolveu testar o pressuposto. Fez um estudo ecolinguístico (que se propõe a ver a língua integrada ao seu ambiente) com os ciganos de Aparecida de Goiânia, entre 2009 e 2010. Elza comparou o romani informado pela população, que ela chama de romanês, com o romani-vlax, falado pelos ciganos que viveram como escravos na Romênia, catalogado pelo linguista inglês Ian Hancock, que também é cigano e é considerado a maior autoridade no assunto. Constatou que os aspectos morfológicos e sintáticos são majoritariamente mantidos. O vocabulário, no entanto, sofreu uma possível perda. Palavras referentes à escola, como lápis e professor, eles não sabiam dizer em romani, então falavam em português. “Como não há registros e a língua é passada

pela oralidade, é natural que palavras que não fazem parte de seu cotidiano sejam esquecidas. Isso revela baixa escolaridade, principalmente das gerações mais antigas”, aponta.

Tanto pela defasagem no vocabulário, quanto pela naturalidade com que lidam com o bilinguismo, muitas vezes misturam as línguas. Márcia Castilho, por exemplo, sempre começa a contar uma história em português, mas ao mencionar detalhes, faz comentários em romani (ou romanês), que apenas cigano entende. O esforço em manter a língua original, levando-a até mesmo para o culto, é justificável para Elza. Além de autoafirmativa, possibilita que eles se identifiquem e funciona como mecanismo de defesa. “Em uma sociedade que sempre os viu como caloteiros e vândalos, uma forma de comunicação própria dentro do grupo é se proteger.”

Crescimento recente

O último censo realizado pelo IBGE revela que o número de evangélicos pentecostais passou de 15,4% da população em 2000 (26,2 milhões de pessoas) para 22,2% em 2010 (42,3 milhões). O crescimento expressivo nesses dez anos foi acompanhado pela diminuição dos que se consideram católicos (que ainda representam a maioria, com 123 milhões de fieis): passaram de 74% para 64,6%. Em comparação com os anos setenta, em que a população era 92% católica, a queda é de 28%. A tendência nacional também é percebida entre os ciganos. Não há dados, mas muitos deles, especialmente os *roms*, afirmam que o protestantismo têm crescido desde os anos noventa. Elisa Costa, presidente da ONG AMSK, que luta pela defesa de direitos aos ciganos, confirma. “Tenho contato com comunidades do Brasil todo e, pelo que acompanho, acredito que hoje os ciganos evangélicos são maioria no Brasil.”

Um estudo realizado pelo antropólogo Ruy Llera Blanes, da Universidade de Lisboa, em Portugal e na Espanha entre 2002 e 2005, mostra que lá o número de ciganos evangélicos também aumentou e não foi à toa. As igrejas protestantes, em especial a Igreja Filadélfia, “oferecem uma leitura alternativa dos conceitos de identidade, memória e história cigana, competindo com noções laicas de

ciganidade como minoria étnica, sujeita à exclusão social”. Ou seja, oferece respostas concretas para os dilemas da modernidade cigana na Península Ibérica (como discriminação e desemprego), tendo como elemento chave a causalidade divina da experiência étnica cigana.

Sara Kali

Muitas lendas rodeiam o nome da santa de pele morena, padroeira dos ciganos. A mais conhecida é a de que ela, Maria Jacobina, Maria Salomé, Maria Madalena, Marta, Lázaro e Maximínio teriam sido jogados ao mar em um barco sem remos nem provisões. Sara teria rezado e prometido que se chegassem a salvo em algum lugar ela passaria o resto de seus dias com a cabeça coberta por um lenço. Segundo essa teoria, chegaram a Saintes Maries de La Mer, na França, onde foram recebidos por um grupo de ciganos. Não há provas da existência de Sara, assim como não há de outros santos. No Vaticano, não foram encontrados registros de que tenha sido canonizada, mas o clero a considera como uma santa regional. No entanto, “regional” pode não ser o melhor termo para descrevê-la. Todo ano, arrasta milhares de ciganos católicos e turistas para Saintes Maries, que vão com o intuito de tocar a imagem da santa. Entre os dias 24 e 25 de maio, há celebrações, uma procissão dos peregrinos e muita festa.

Como os ciganos incorporam hábitos dos países onde vivem, inclusive a religião, no Brasil Sara não tem muitos devotos. “O culto dela não sobrepujou a devoção dos ciganos católicos a Nossa Senhora Aparecida”, explica o historiador Rodrigo Teixeira. Apesar disso, a data de sua celebração ficou famosa no país, depois de institucionalizado em 2006 o Dia Nacional do Cigano, comemorado todo dia 24 de maio.

6. ALÉM DO ABC

Ana Júlia Melo



Esmeralda e Jessica, estudantes da EC Córrego do Arrozal.

Todo dia, Jéssica Alves de Oliveira, de doze anos, levanta cedo para pegar o ônibus rural que a deixa no colégio às sete horas da manhã. Desde 2010, segue a rotina, pois estuda na Escola Classe Córrego do Arrozal, a mais próxima do acampamento *calón* onde vive. “Quero ser advogada e poder lutar pelos ciganos”, afirma com convicção.

Ela e outras cinco crianças do acampamento frequentam a escola de ensino fundamental regularmente. Estudam, têm amigos, brincam de pega-pega e de pular corda. Uma situação muito diferente da que vivem antes de ter endereço fixo. “A gente viajava muito, então era difícil ir para a escola e não eram todas que aceitavam”, conta Esmeralda da Silva, de dez anos, que sonha em ser professora.

Hoje, o nomadismo não é mais motivo para não estudar, ao menos em teoria. Desde dezesseis de maio de 2012, tanto as escolas públicas como privadas devem assegurar a matrícula de crianças, adolescentes e jovens em situação de

itinerância. A resolução do Conselho Nacional de Educação também especifica que os estabelecimentos não podem impor qualquer forma de embaraço, preconceito e/ou discriminação, pois se trata de um direito fundamental. Apesar do avanço, o próprio Ministério da Educação (MEC) reconhece que a medida não é suficiente.

Para a responsável por assuntos educacionais do órgão Bárbara da Silva Rosa, mesmo entre os ciganos sedentários, um problema persiste. “Pelos dados levantados pelo CADÚnico (quadro abaixo), percebemos que as mulheres são a maioria dos analfabetos e queremos mudar esse quadro”, explica. Segundo Bárbara, a partir de 2014, o MEC planeja trabalhar especificamente com lideranças ciganas, abordando a questão de gênero.

A situação vai além. Ainda que a educação seja, de fato, garantida a todos os membros de comunidades fixas e itinerantes, o principal obstáculo enfrentado pelas crianças e adolescentes que vão para a escola continua sendo o preconceito. “Casos de *bullying* e violência física que causam um índice de evasão muito grande”, diz Bárbara. Parte dessa intolerância é disseminada pelo próprio material didático, que continua inflando o estereótipo e gerando mais desconhecimento. “É preciso mudar os livros, mas esse processo é um pouco mais lento. Devemos iniciar o diálogo com as editoras, mas ainda não definimos datas.”

Tenda Escola

Ana Júlia Melo



Por dentro da Tenda Escola do Córrego do Arrozal: um EJA para ciganos.

Aos quarenta e nove anos de idade, Alenice Alves da Silva acaba de aprender a escrever o nome. Separada e mãe de três filhos, a mulher de rosto jovem, porém cansado, e cabelos grisalhos presos em coque, frequenta as aulas com alegria. “Antes eu tinha inveja de quem sabia ler, porque eu não entendia nada. Agora estou começando a entender”, confessa. Seu objetivo é claro: conseguir ler a bíblia, já que aceitou Jesus três meses atrás.

Alenice é uma entre os vinte e oito alunos da primeira Tenda Escola do Brasil, que fica no acampamento *calón* do Córrego do Arrozal. O projeto é recente. Funciona desde vinte e cinco de abril, mas foi inaugurado, oficialmente, em três de julho pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepir-DF). A tenda branca é a maior e mais alta do terreno. O ambiente é claro e arejado, porém o chão é a terra vermelha e poeirenta. Dezenas de mesas e cadeiras estão dispostas de frente para um quadro também branco, que ainda fica apoiado no chão, sem ter onde pendurar. Para completar a decoração, dois vasos de plantas, trazendo a natureza que eles tanto apreciam para dentro da sala de aula.

Como as crianças vão à escola do Núcleo Rural, junto aos outros moradores do Córrego do Arrozal, a Tenda Escola é voltada para jovens e adultos. A justificativa é o preconceito sofrido pelos adolescentes, principalmente os que estão atrasados, nas instituições regulares. Elivelton Alves, de quatorze anos, explica que é muito difícil ficar em uma sala de aula onde todos os colegas são vários anos mais novos que ele. “Além de ser estranho, eles não entendem a gente. Dão risada das roupas, dos dentes de ouro, essas coisas, sabe?”

Elivelton se sente muito mais à vontade estudando no acampamento. “Aqui aprendo melhor. Não vejo a hora de terminar o curso”, anima-se. As aulas acontecem de segunda a quarta-feira, no período da tarde, e duas professoras de Sobradinho se revezam. Para Elias Alves da Costa, pai de Elivelton e líder do acampamento, é uma vitória. “Fazia tempo que eu cobrava uma escola no acampamento do governo. Acho importante a gente estudar. Até dois meses atrás, quase todos aqui eram analfabetos”, conta.

Processo inverso

Enquanto o projeto Tenda Escola leva a sala de aula para o acampamento, o projeto Kalinka coloca o mundo cigano dentro da escola. O trabalho é realizado pela simpática professora de dança cigana Lucimara Cavalcante, que é descendente de *roms* e *sintis*. Embora não viva como cigana, é apaixonada pela cultura e respeita as origens e os ensinamentos que recebeu da avó. Ela é uma das fundadoras da Associação Internacional Maylê Sara Kali (AMSK/Brasil), que dá assistência a comunidades carentes e luta por políticas públicas.

“Esse é um projeto que lida com o não-cigano”, explica. Lu, como é mais conhecida, vai até as escolas onde é convidada para contar histórias, ensinar a dança e um pouco de culinária. Tenta mostrar às crianças como a cultura cigana é na prática. “Elas ainda estão formando conceitos, então é importante ensiná-las nessa fase, para que multipliquem esse conhecimento. Assim, acredito que podemos diminuir muito o preconceito.”

Além disso, desenvolve trabalhos com os professores, que, normalmente, também não sabem como são os ciganos. “Em 2011, tive um resultado muito legal com o Centro de Ensino Fundamental da 104 Norte. A partir das aulas que eu dei para os alunos, os professores começaram a desenvolver projetos paralelos em suas disciplinas. Em português, fizeram uma coletânea de poemas sobre ciganos; em história, aulas foram montadas para contar a origem desses povos. Assim por diante.” Para ela, a Tenda Escola é uma medida paliativa. Tem importância por mudar a situação de muitos adultos no momento, mas não é a solução ideal. “Não são os ciganos quem têm que se isolar para ter educação. O sistema de ensino é que tem que se preparar para atender essas comunidades”, conclui.

1.463*

Essa é a quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal que se declararam ciganas, de acordo com o MDS. O instrumento serve para identificar e caracterizar as famílias de baixa renda (que recebem até meio salário mínimo por pessoa ou até três salários no total). A partir

do diagnóstico, que traz características do domicílio, formas de acesso a serviços públicos essenciais e dados de cada componente do grupo familiar, é possível participar de programas como o Bolsa Família. Mesmo os que não tem residência fixa podem participar.

Segundo o responsável pelo suporte operacional do MDS Rafael Moreira Serra da Silva, quem tem o primeiro contato com essas famílias são os municípios que, em alguns casos, dificultam o cadastramento. “Existem prefeitos que têm preconceito e acabam não colaborando. Além disso, é necessário uma capacitação dos entrevistadores, para fazer uma abordagem diferenciada com essas famílias, especialmente as nômades”, explica. Os dados levantados pelo Cadastro Único mostram que a maior parte dos ciganos inscritos não têm emprego fixo e apresentam baixo nível de instrução. “Poucos têm o ensino fundamental completo e apenas uma pessoa terminou o ensino superior.”

*Número contabilizado até o dia 04/07/2013

7. SOB AS CORES DA BANDEIRA

Laísa Amaral Queiroz



Crianças carregando a bandeira internacional dos ciganos: a roda simboliza o movimento.

“Isso aqui que você está vendo é inédito.” A frase foi pronunciada por diversas vozes (de ciganos a funcionários do governo) durante a Semana Nacional dos Povos Ciganos. Na manhã de vinte de maio de 2013, Brasília recebeu trezentas pessoas de diferentes etnias, vindas de dezenove estados brasileiros. Entre elas, Elias, Leila, Anne, Ruitter, Mio, Delir, Dinha e Alexsandro. Por quatro dias, lideranças dialogaram com o Estado no evento mais importante da categoria até hoje no país.

Tudo aconteceu na Granja do Torto, em Brasília, local bastante conhecido na cidade por receber exposições agropecuárias, além de festas e shows. Dessa vez, os estábulos ficaram vazios. A Granja encheu de gente. Dentro de um galpão simples, mas espaçoso, um palco foi montado para receber autoridades e palestrantes. Do lado de fora, um acampamento foi erguido, para que os ciganos pudessem dormir por lá.

Representantes de vários ministérios marcaram presença: Saúde, Cultura, Educação e Justiça, além das secretarias de Direitos Humanos e de Cultura do GDF e da Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que promove o evento. Cada um montou uma tenda, onde divulgavam informações

dentro de seus âmbitos e realizavam algumas medidas. Os participantes que ainda não eram registrados puderam emitir os primeiros documentos, como certidão de nascimento, RG e CPF. Quem quisesse, ainda, poderia fazer a carteira de trabalho e o cartão SUS. Além deles, entidades como a AMSK participaram ativamente da organização.

Na cerimônia de abertura, Mio Vacite toca no violino o hino dos ciganos. As notas são uma mistura de animação e melancolia. Um grupo de crianças entra no salão trazendo a bandeira dos ciganos, que é a mesma em qualquer país: duas faixas horizontais, uma verde, simbolizando a terra, outra azul, que representa o céu. No centro, uma roda vermelha, inspirada nos *vurdóns*, espécies de carroças usadas ainda hoje por ciganos nômades da Europa. Esta designa a liberdade. É a primeira vez que esses povos conseguem lugar para o hino e a bandeira em um evento estatal. Muitos se emocionam. Choram, mas é de felicidade.

A ministra de estado, Luiza Helena de Bairros, dá início às atividades e reconhece que apenas agora o governo começa a tratar os ciganos com o devido respeito. É lançado o Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos, que coloca em uma cartilha todos os direitos que foram conquistados até agora. Entre eles, o acesso à terra, o direito de matrícula em escolas mesmo em caso de itinerância e o direito ao atendimento pelo Sistema Único de Saúde, ainda que não haja residência fixa. Além de procedimentos para requerer documentos, participar de programas sociais (Brasil Sem Miséria, Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família, por exemplo) e fazer denúncias de casos de discriminação pelo Disque Direitos Humanos (100).

Rodas são formadas para discutir cada questão. Em geral, quase tudo é novidade para os ciganos mais pobres e analfabetos, especialmente os que começam agora a se engajar na movimentação. Quem tem mais acesso à informação e luta há mais tempo pelas causas, quer falar sobre mudanças mais formais.

Um tema polêmico é a saúde da mulher. Segundo a tradição (que a maioria ainda segue), as ciganas podem ser tratadas apenas por médicas, também mulheres. Isso o Estado não garante. Com relação ao acesso à terra, líderes reclamam tanto da burocracia para conseguir autorização definitiva, quanto da

localização de alguns terrenos, longe de hospitais e escolas, por exemplo. Os representantes dos órgãos responsáveis ouvem todas as queixas, mas também tentam explicar seu lado.

“A Semana Nacional não tem a pretensão de resolver todos os problemas em um encontro, mas de iniciar e formalizar discussões”, explica Luana Arantes, gerente de projetos especiais da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (que pertence à Seppir). Ela é a responsável pela organização do evento. Diz que há dois anos dialoga com os ministérios. Nesse tempo, eventos regionais menores foram realizados, mas a verba para a primeira Semana Nacional dos Povos Ciganos veio somente agora.

Luana reconhece a conquista, mas admite que o Estado não está preparado para lidar com a diversidade. “Esse modelo de democracia não funciona para comunidades tradicionais, como ciganos, quilombolas e indígenas. Temos que dar a eles os mesmos direitos dos outros brasileiros, mas levando em conta as especificidades, os costumes.” Para isso, ela complementa, falta informação.

Claudio Ivanovich concorda: “O governo não sabe quem somos”, afirma. O ator de cinquenta e seis anos, baixinho e careca, não tem papas na língua. Ele pertence à etnia *rom matchuaia* e preside a Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci), em Curitiba, no Paraná. “Esse país foi construído por índios, negros e ciganos. Mas nós somos os únicos que não recebemos um pedido de desculpas por razões históricas até hoje. O Estado nos deve muito”, reclama. Ainda assim, admite que a situação melhorou muito em 2013.

Apesar de esbarrar em entraves culturais na hora de oferecer direitos aos ciganos, algumas medidas do Estado acabam por trazer mudanças que podem ser positivas. Uma das ações da semana era eleger trinta delegados para participarem da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) – que ocorre em novembro deste ano, em Brasília – onde eles poderão levar propostas discutidas nas plenárias do evento. Dessas vagas, metade era destinada para as mulheres, o que desagradou alguns líderes. Outros, no entanto, ofereceram seus postos de bom grado para mulheres da comunidade, como Alexsandro. Quem vai representar Aparecida de Goiânia na Conapir é Márcia, esposa dele.

Para Luana, é importante dar voz às mulheres ciganas, visto que têm necessidades específicas. Claudio, que se considera um cigano moderno, acha justo. “Para mim, manutenção da cultura não tem a ver com parar no tempo.”

Ciganidade

A palavra não tem definição no dicionário e oficialmente não existe. No entanto, tem significado; para os ciganos, ela é quase um sinônimo de estar vivo. É colocar as tradições em prática, algo que, como a maior parte dos demais aspectos relativos a esses povos, não tem consenso. Uns dizem viver a ciganidade dentro de casa, para não sofrer preconceito. Outros preferem mostrá-la ao mundo, ainda que seja um desafio constante. O termo abrange a língua, a música, a dança, a vestimenta, o comportamento. Mais que ser vista, nesses quatro dias a ciganidade pôde ser sentida.

No dia a dia, as diferenças entre grupos e etnias são expressivas. *Calóns* dizem que todo *rom* é rico. *Roms* dizem que *calón* não é cigano de verdade. Há católicos, evangélicos, espíritas, espiritualistas sem religião definida, ateus. Há casamento arranjando, sutilmente arranjado e há, também, quem deixe os filhos escolherem os noivos e se querem casar. Alguns chegaram ao ensino superior, enquanto outros tantos são analfabetos. Porém, ao menos durante uma semana, todas essas vozes puderam se pronunciar. Mais que isso, conviveram no mesmo espaço.

Os discursos divergem, mas o objetivo é maior: ser tratado como cidadão brasileiro, desde que respeitados os costumes. O brilho nos olhos dos mais velhos ao ouvir o hino cigano é o mesmo. O sorriso largo ao assistir aos grupos de danças tradicionais que se apresentaram no encerramento estava nos rostos de muitas famílias. As crianças se misturaram para brincar no parquinho, sem se importar com a etnia de quem estava no balanço ou no escorregador.

Juntos, começaram a pensar em um Estatuto do Cigano, documento que deve surgir nos próximos anos, a fim de formalizar, perante o Estado, quem é o cigano, como vive e quais as necessidades, a partir das experiências deles mesmos. De suas vozes. Há muitas diferenças. Entretanto, existe algo que os une embaixo da bandeira vermelha, verde e azul. Talvez seja a tal ciganidade, uma palavra muito

presente para não existir. Talvez seja o simples desejo de pertencer, ainda que seja apenas a um pedaço de pano colorido, cheio de significados complexos e histórias para contar.

Láisa Amaral Queiroz



Apresentação do grupo Leshjae no encerramento.